



Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas

Autora: Sofia Leite

Técnica Superior de Estatística no Departamento de Estatísticas Censitárias e População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

Resumo:

O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, amiudadamente junto com filhos da actual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas.

Este artigo apresenta uma breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, com base nos resultados dos Censos 2001 e nas Estatísticas Demográficas. Para além de dar a conhecer a extensão do fenómeno, pretende igualmente identificar algumas características demográficas e sociais dos protagonistas deste tipo de família.

Abstract:

The sharp rise in divorce rates in the past decades has led to the common practice of forming a new family through a new marriage or by living with a new partner. These new families often include the children of past relationships of both spouses/partners or of only one of them and frequently also include children born under the current conjugal relationship. These are called reconstituted families.

This article provides a brief sociography about Portuguese reconstituted families based on the Census 2001 results and on Demographic Statistics. Besides determining the extent of this phenomenon, the study will also identify some demographic and social characteristics of the persons belonging to this type of family.

Palavras-chave:

núcleos familiares reconstituídos, casais “de direito”, casais “de facto”, casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento

Key-words:

reconstituted families, married couples, cohabiting couples, marriages with children from previous relationships

Brief
sociography
about
reconstituted
Portuguese
families

Introdução

Este artigo apresenta um levantamento sociográfico sobre as famílias reconstituídas portuguesas. Para além de dar a conhecer a extensão do fenómeno, pretende igualmente identificar algumas características demográficas e sociais dos protagonistas deste tipo de família.

Não é possível, contudo, observar a sua evolução ao longo do tempo, uma vez que os Censos 2001, fonte de informação de base deste artigo, apuraram pela primeira vez o tipo de núcleo familiar em estudo. Tal não significa, que não existissem anteriormente famílias com essas características. Esta situação pode ser explicada pelo facto de, em Portugal, vários fenómenos demográficos e sociais ocorrerem tardiamente relativamente a outros países europeus, adaptando-se a recolha estatística à sua evolução.

A evolução de alguns indicadores demográficos, tais como a quebra da taxa de nupcialidade, a acentuada subida do número de divórcios, o aumento significativo das uniões de facto, entre outros, particularmente e de forma acelerada nos últimos trinta anos, tem vindo a impor profundas alterações na estrutura da família em Portugal.

Principalmente relacionado com o aumento do divórcio nas últimas décadas, e não tanto com a situação de viuvez do passado, torna-se comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, amiudadamente junto com filhos da actual relação conjugal.

Esses novos relacionamentos conjugais traduzem-se, muitas das vezes, na existência de configurações familiares cujo espaço relacional pode ser de “difícil e melindrosa gestão psicológica e afectiva dada a complexidade e imbricação parentais subjacentes (...)” (Ferreira, 2002, pg. 404). “A criança já não tem apenas um pai mas sim dois, um pai biológico e um pai social.” (Segalen, 1999, pg. 63), e quem diz o pai, diz também a mãe. Daí a expressão vulgarmente utilizada que procura transmitir essa complexidade de relacionamentos familiares: “os meus, os teus, os nossos filhos”. São as denominadas famílias reconstituídas, em que existe, pelo menos, um padrasto ou uma madrasta, agora com uma carga emocional e afectiva diferente das histórias antigas sobre as madrastas (ou padrastos).

Segundo os Censos 2001, a família pode ser reconstituída pela via do “direito”, através de um casamento, ou “de facto”, pela coabitação não formalizada. A condição essencial para ser identificada como tal, passa pela existência de pelo menos um filho apenas de um dos cônjuges. Os recasados sem filhos ou só com filhos comuns, independentemente de terem tido anteriormente outra ligação conjugal, não formam uma família reconstituída, segundo o conceito censitário. As famílias reconstituídas são também designadas, por sociólogos ou outros cientistas sociais, por famílias recompostas¹, embora por vezes com especificações diferentes.

Neste artigo utilizou-se como fonte de informação, para além dos Censos 2001, as Estatísticas Demográficas. A partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 relativamente aos núcleos familiares reconstituídos procuramos quantificar a extensão deste tipo de núcleo e compreender algumas das características dos seus membros; por outro lado, a partir das bases de dados dos casamentos das Estatísticas Demográficas pretendemos igualmente perceber a evolução, extensão e algumas características dos casamentos e dos respectivos nubentes que, por esta via, vão formar núcleos familiares reconstituídos. Este artigo não pretende ser exaustivo, nem explorar as razões explicativas dos resultados das análises que se vão efectuando; tem apenas a pretensão de apresentar uma breve sociografia sobre este tipo de família, apontando amiudadamente algumas pistas para a interpretação de alguns resultados.

As fontes referidas não são, contudo, abrangentes, pois não permitem observar a trajectória conjugal e parental do indivíduo: os filhos em questão são resultado de um casamento ou de vários casamentos anteriores, ou de uma união de facto ou várias coabitações anteriores? -, ou qual o estado civil legal, no momento censitário, dos membros dos casais “de facto” – são solteiros, casados, viúvos, divorciados ou separados? -, entre outras questões, o que permitiria fundamentar e retirar mais conclusões. Será que os membros deste tipo de núcleo que já foram anteriormente casados, voltaram a casar ou optaram pela união de facto? Quantos viveram em união de facto e optaram por casar com o novo companheiro? Do mesmo modo, desconhecemos quantos indivíduos seguiram apenas trajectórias não formais de conjugalidade com filhos, nunca optando por casar, ou os que foram sempre formalizando as suas relações conjugais pela via do direito.

1. As famílias reconstituídas segundo os Censos 2001

Os Censos 2001 apuraram, pela primeira vez, os núcleos familiares reconstituídos. São designados como tal, os núcleos compostos por um casal “de direito” ou “de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adoptado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Em 2001, foram recenseados 46 786 núcleos familiares reconstituídos, correspondendo a 1,5% do total de núcleos familiares e a 2,7% dos núcleos de casais com filhos. Apesar da sua fraca expressão, é interessante, entre outras, observar a diversidade regional do fenómeno, bem como a distribuição consoante a situação conjugal do casal – “de direito” ou “de facto”.

O que mais ressalta da análise dos casais reconstituídos é que, enquanto a totalidade dos casais “de facto” face ao seu universo ronda os 6,5%, a maioria dos núcleos familiares reconstituídos são compostos por casais a viver em união de facto (55,9%). A diferença em relação aos casais “de direito”, ou seja, casados por lei, é de quase 12 pontos percentuais (44,1%).

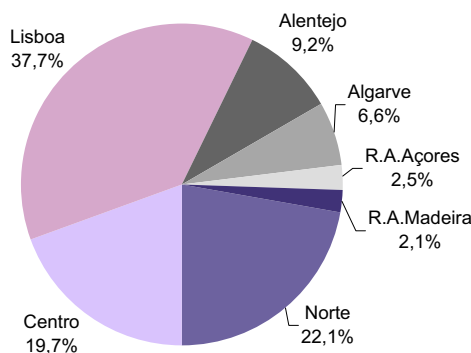
Se, por um lado, a maior parte dos casais com filhos anteriores não comuns prefere viver em união de facto, não formalizando a presente relação conjugal, ao mesmo tempo, a existência de filhos de um relacionamento anterior não é factor de entrave à constituição de uma nova família pela via do direito.

Diversidade regional

A distribuição percentual dos núcleos familiares reconstituídos por NUTS II ² revela que as maiores proporções pertencem a Lisboa, ao Centro e ao Norte, seguidas de longe pelo Alentejo e Algarve, e as mais baixas às regiões autónomas.

Figura 1

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual por NUTS II, 2001

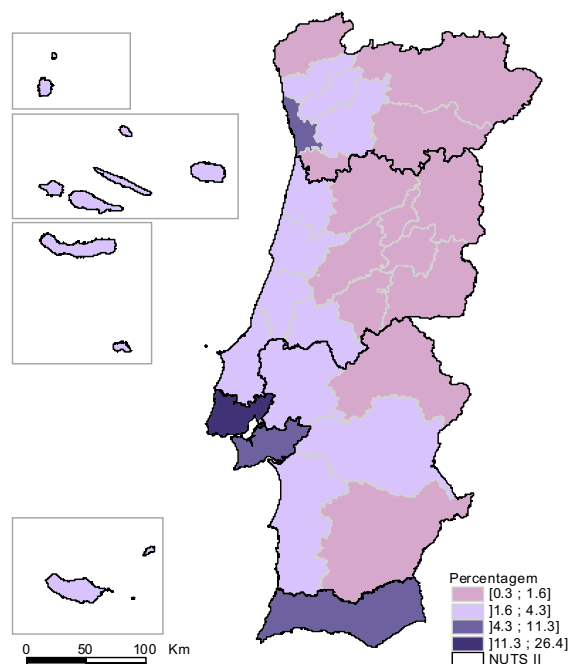


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Observando a distribuição percentual deste tipo de núcleo a um nível de desagregação geográfica mais detalhado (NUTS III), verificamos que é na Grande Lisboa que se concentra a proporção mais elevada, com mais de um quarto (26,4%) dos núcleos familiares reconstituídos, seguida da Península de Setúbal (11,3%) e do Grande Porto (10,3%). Por oposição, é nas NUTS III das Regiões Centro e Norte que se encontram os valores mais baixos, caso da Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (ambas 0,3%) ou Douro e Alto Trás-os-Montes (1,3%).

Figura 2

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual por NUTS III, 2001



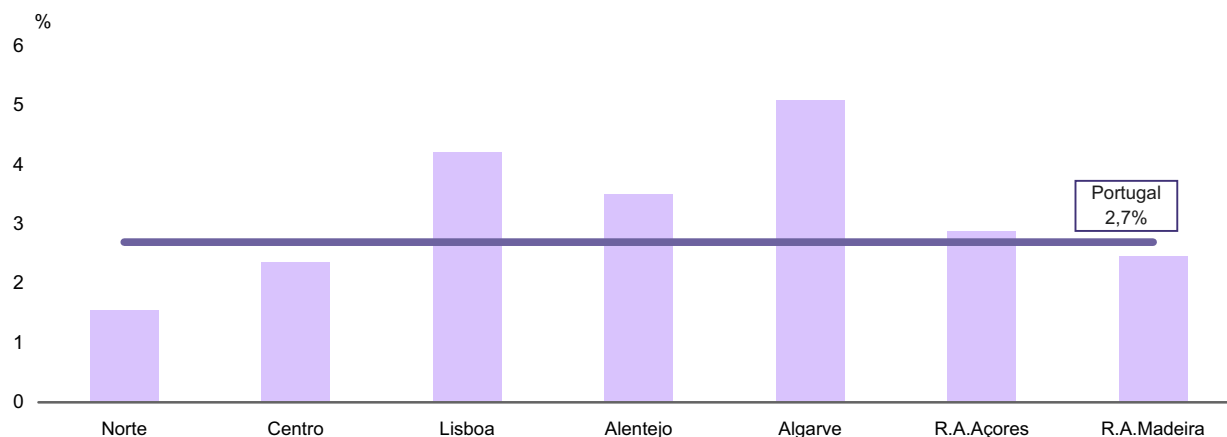
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

No entanto, a distribuição percentual dos núcleos familiares reconstituídos não reflecte o seu peso relativo face ao universo. Neste caso, dada a fraca expressão da situação, consideramos como universo o total dos casais “de direito” e “de facto” com filhos, e não o total de núcleos familiares ou de núcleos familiares conjugais.

Conforme referido anteriormente, os núcleos familiares reconstituídos correspondem a 2,7% dos núcleos familiares de casais com filhos. Observando a distribuição regional verificamos que pertencem ao Sul do País as percentagens mais elevadas de núcleos familiares reconstituídos, com o Algarve a encabeçar a lista (5,1%), seguido de Lisboa (4,2%) e do Alentejo (3,5%), por oposição aos valores mais baixos do Norte (1,5%), Centro (2,4%) e regiões autónomas (2,9% nos Açores e 2,5% na Madeira).

Figura 3

Núcleos familiares reconstituídos - proporção no total de núcleos familiares de casais com filhos, NUTS II, 2001



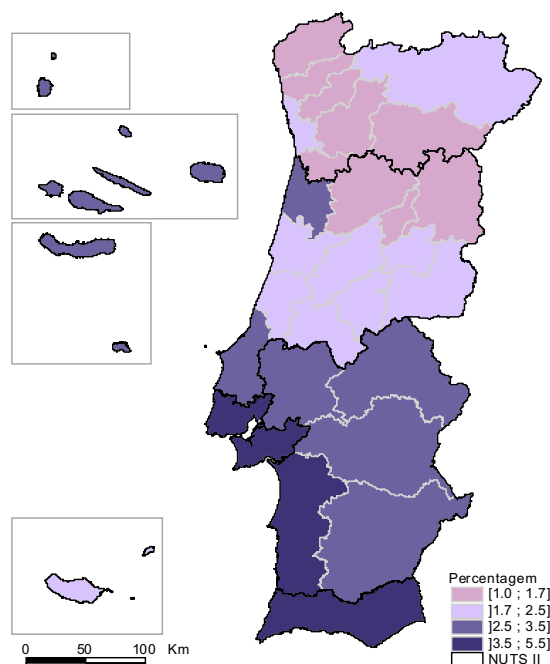
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Uma desagregação mais fina permite identificar as NUTS III onde a proporção de núcleos reconstituídos é superior (proporção em relação ao total de núcleos familiares de casais com filhos). As proporções mais elevadas

situam-se no litoral sul do País, nomeadamente no Alentejo Litoral, Algarve, Península de Setúbal e Grande Lisboa (com valores entre 5,5% e 4,1%), contrastando com os valores do Tâmega, Ave, Entre Douro e Vouga e Cávado (entre 1,0% e 1,3%).

Figura 4

Núcleos familiares reconstituídos - proporção no total de núcleos familiares de casais com filhos por NUTS III, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

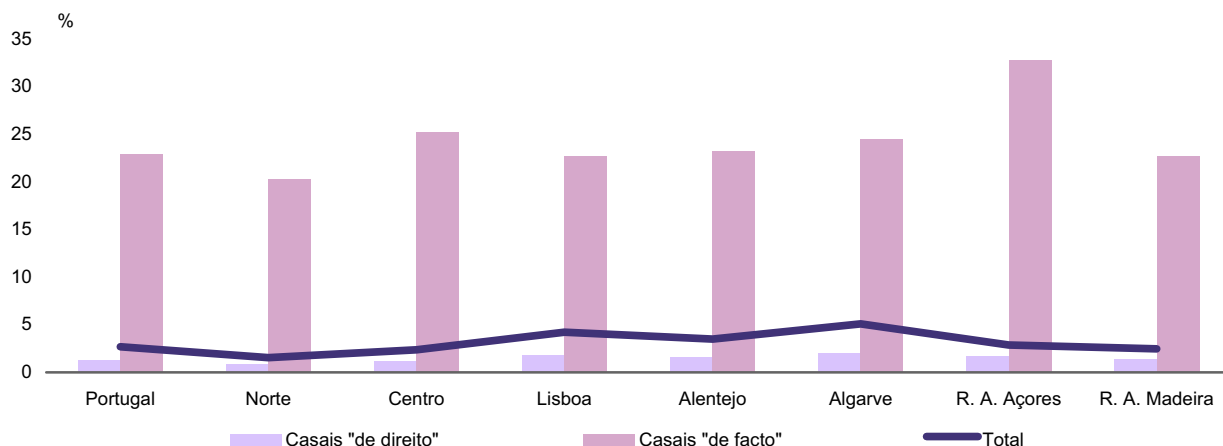
Esta distribuição reflecte a diversidade regional de outros indicadores demográficos, que se encontram claramente interligados, tais como a distribuição da população a viver em união de facto, dos nascimentos fora do casamento, dos divorciados, a existência de coabitação anterior ao casamento, a forma de celebração do casamento (civil e católico), entre outros. Tal como vimos em estudo anterior (INE, 2003a, pp. 95-140), no que se refere à população a viver em união de facto, diferentes representações e valores parecem estar por detrás da realidade dos números, as quais, consequentemente, acabam por, em parte, se aplicar aos casais reconstituídos agora em estudo: as percentagens elevadas da região de Lisboa e do litoral algarvio devem corresponder a formas de união de facto que não a tradicional, como experiência ou em alternativa ao casamento; os valores mais expressivos do Alentejo Litoral, bem como os valores intermédios dos concelhos à volta das margens do Tejo, correspondem à união de facto tradicional, reflectindo a fraca religiosidade, elevada tradição anarco-sindicalista e afastamento do aparelho administrativo do País, sendo uma forma amplamente praticada e assumida em alternativa ao casamento.

Por outro lado, podemos ainda observar a proporção de casais reconstituídos “de facto” e “de direito” no respectivo universo, ou seja, respectivamente no total de casais “de facto” e de direito” com filhos. Curiosamente, o que se observa é que os casais reconstituídos em união de facto correspondem praticamente a um quarto (cerca de 23%) do total do seu universo (casais “de facto” com filhos), enquanto que a proporção correspondente nos casais “de direito” é muito pouco significativa (1,3%), o que significa que a esmagadora maioria dos casais “de direito” tem filhos do actual casamento, enquanto que uma parte significativa dos casais a viver em união de facto tem filhos de relacionamentos anteriores, embora não saibamos se esses relacionamentos são casamentos ou igualmente uniões de facto.

Esta discrepância mantém-se em todas as regiões do País, sendo mais acentuada na Região Autónoma dos Açores e no Centro.

Figura 5

Casais "de direito" e "de facto" reconstituídos - proporção no total de casais "de direito" e "de facto" com filhos, NUTS II, 2001



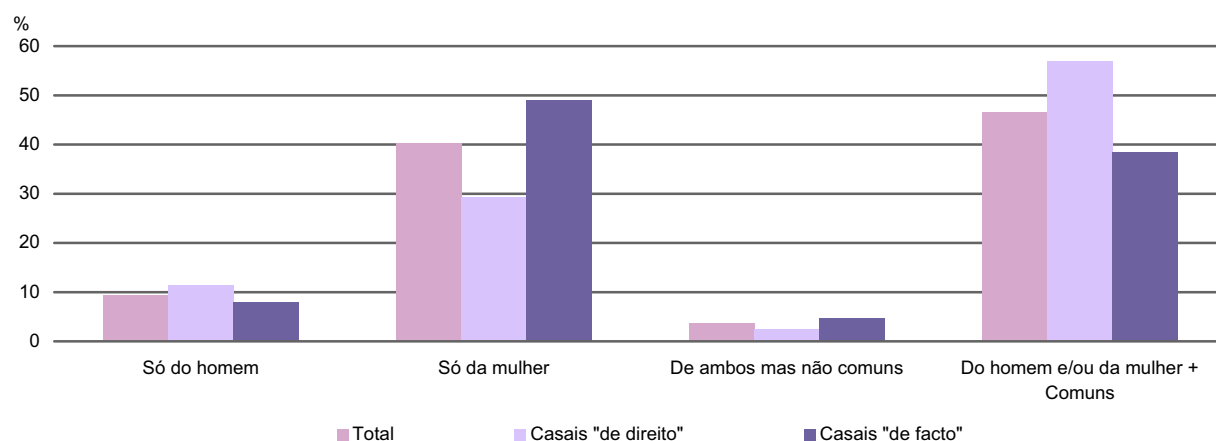
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Filhos segundo a relação de paternidade: "os meus, os teus, os nossos filhos"

Tal como anteriormente mencionado, o conceito de família reconstituída implica a existência de pelo menos um filho não comum ao casal, a que se podem juntar filhos comuns. Observando a existência de relação de paternidade³, verificamos que aquela é realmente a situação predominante nos núcleos familiares reconstituídos: a maior parte dos núcleos são compostos por filhos não comuns do homem e/ou da mulher juntamente com filhos comuns (46,6%), seguidos dos núcleos em que só existem filhos anteriores da mulher (40,2%). As restantes hipóteses da tipologia em análise apresentam valores pouco expressivos: 9,4% dos núcleos reconstituídos são compostos por filhos só do homem e 3,8% simultaneamente por filhos anteriores do homem e da mulher mas não comuns. A elevada proporção de núcleos com filhos anteriores só da mulher pode ser explicada, em parte, pela frequente atribuição da custódia dos filhos à mulher após a dissolução de um casamento.

Figura 6

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual segundo a existência de relação de paternidade dos filhos, por tipo de núcleo, 2001



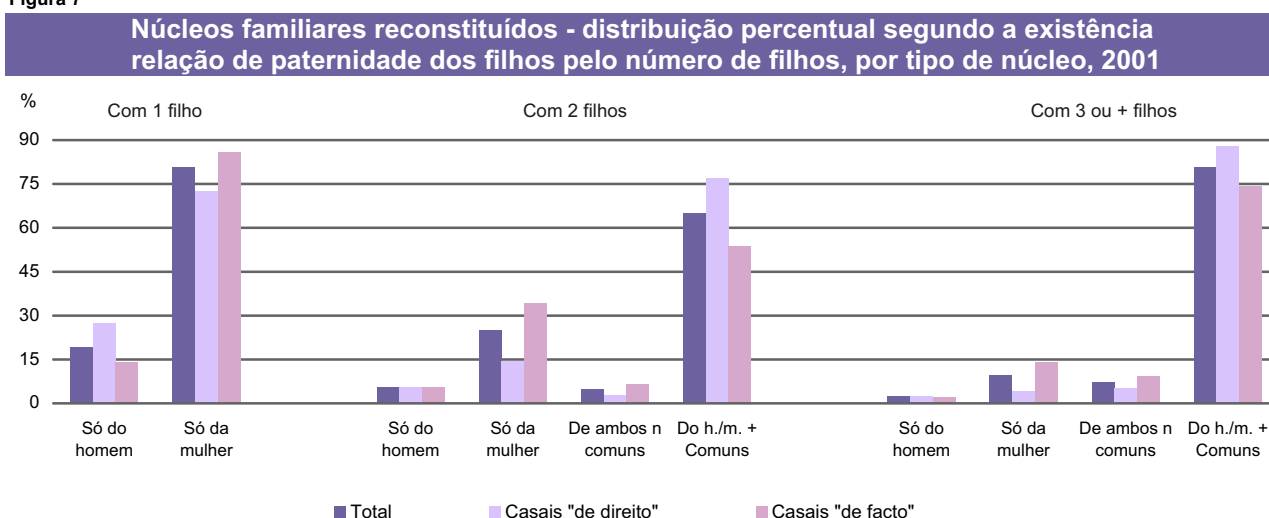
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

A distribuição anterior mantém-se no caso dos casais "de direito", embora a proporção dos núcleos em que existe a presença de filhos anteriores não comuns com filhos comuns seja cerca de 10 pontos percentuais mais elevada – 56,9%, seguida dos núcleos com filhos só da mulher (29,2%); no que se refere aos casais "de facto", a situação é um pouco diferente, uma vez que a maior proporção cabe aos núcleos com filhos só da mulher (49,0%), seguida dos núcleos compostos por filhos anteriores não comuns e filhos comuns (38,4%).

Parece verificar-se, assim, a maior propensão à existência de filhos comuns quando existe uma relação formalizada, ou seja, dentro de um casamento, do que quando o casal vive uma união de facto.

A análise da tipologia anterior segundo o número de filhos no núcleo, acrescenta mais informação: quando existe apenas um filho no núcleo, ele é quase sempre filho da mulher, proporção mais elevada nos casais “de facto”; na maioria dos núcleos em que existem 2 filhos, a situação prevalecente é de coexistência de um filho anterior não comum, juntamente com um filho comum, embora nos núcleos em que o casal é casado a proporção seja bastante mais elevada (cerca de 23 pontos percentuais relativamente aos casais “de facto”); nas famílias mais numerosas, compostas pelo casal e por 3 ou mais filhos, verifica-se igualmente a maior representação da situação da existência de filhos anteriores não comuns com filhos comuns ao casal, uma vez mais com a proporção mais elevada nos casais “de direito” (88,0% face a 74,4%, nos casais “de facto”). Nos núcleos em que existe mais do que um filho, a segunda situação prevalecente é sempre a de serem filhos só da mulher. Estes valores reforçam a ideia anterior da tendência para existir um maior número de filhos comuns nos casais “de direito”.

Figura 7



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

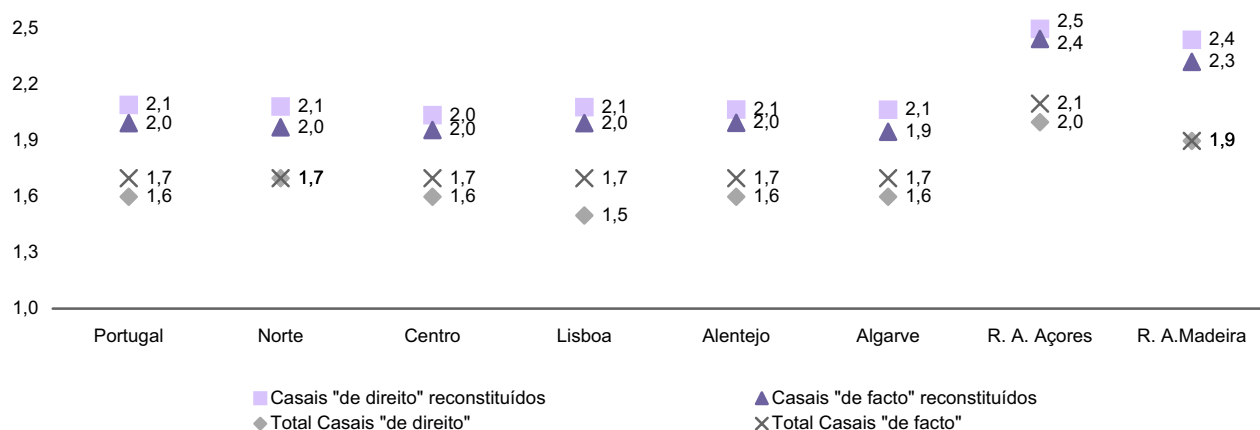
Número de filhos por tipo de núcleo

É natural que as famílias reconstituídas apresentem um número médio de filhos mais elevado, uma vez que, aos filhos anteriores não comuns ao casal podem juntar-se filhos comuns. O número médio de filhos nos núcleos familiares reconstituídos é de 2,0, face a 1,6 filhos no total de casais com filhos.

Observando a média de filhos por tipo de núcleo, verifica-se que os casais “de direito” reconstituídos têm, em média, mais filhos do que os casais de “de facto”, sendo a diferença, no entanto, pouco significativa: 2,1 filhos em média no caso dos primeiros, e 2,0 para os segundos. Conforme vimos anteriormente, esta situação deve-se ao facto dos casais “de direito” terem mais filhos em comum, e consequentemente, tendência para famílias mais numerosas.

Figura 8

Núcleos familiares reconstituídos - número médio de filhos por tipo de núcleo, NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

A hierarquia anterior mantém-se em todas as NUTS II, sendo de assinalar os valores mais altos das regiões autónomas, em ambos os tipos de conjugalidade: na Região Autónoma dos Açores a média é de 2,5 filhos no que se refere aos casais “de direito” e 2,4 no caso dos “de facto” e na Madeira 2,4 e 2,3 filhos em média, respectivamente, naquele tipo de casais. Por outro lado, a média mais baixa pertence aos casais “de facto” reconstituídos do Algarve.

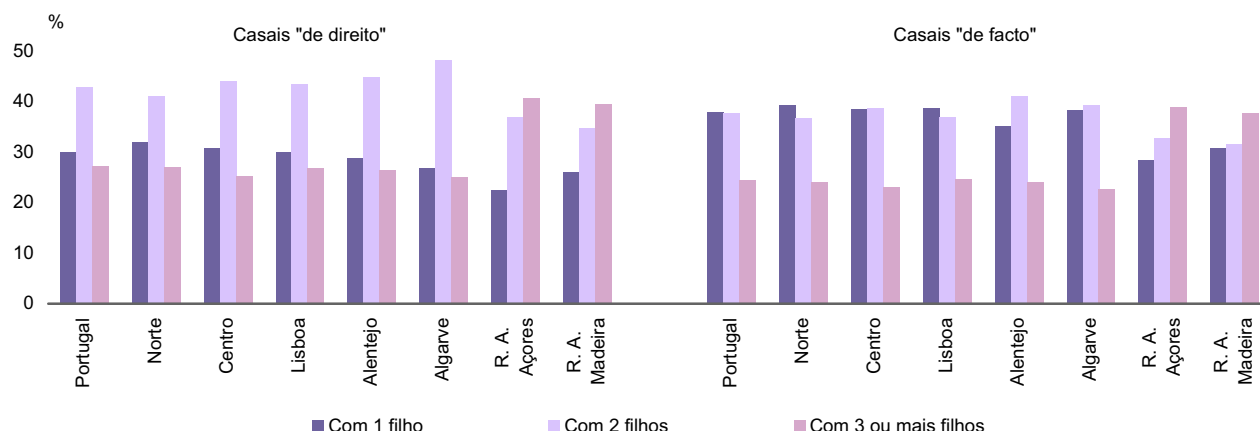
Comparando com a totalidade dos núcleos familiares de casais com filhos, é possível verificar que, em todas as NUTS II e independentemente do tipo de núcleo, a média de filhos em núcleos reconstituídos é mais elevada. No entanto, a tendência é da média ser mais elevada para os casais “de facto”, com excepção do Norte e da Madeira cujo valor é coincidente. O valor nacional para a média de filhos do total de casais é de 1,6 filhos para os casais “de direito” e de 1,7 para os casais “de facto”. Também, neste caso, é nas regiões autónomas que a média de filhos é superior, nos dois tipos de núcleo, por contraste ao valor mais baixo de Lisboa, no caso dos casais “de direito”.

Se observarmos o número de filhos em cada tipo de núcleo reconstituído através da sua distribuição percentual, verificamos que a proporção de casais apenas “com um filho” é mais elevada nos casais “de facto” (37,9% e 30,0% nos casais “de direito”); pelo contrário, as situações de casais “com 2 filhos” e “com 3 ou mais filhos” apresentam valores superiores nos casais “de direito”: 42,8% dos casais “de direito” têm 2 filhos e 27,1% têm 3 ou mais filhos, face a 37,6% e 24,5% de casais “de facto” em cada uma destas situações. Da análise anterior, ressalta que, por um lado, existe uma elevada proporção de casais que não têm filhos em comum, com maior incidência nos casais “de facto”; por outro lado, vem confirmar que os casais “de direito” apresentam uma tendência para famílias mais numerosas.

No panorama regional salientam-se algumas diferenças quanto ao número de filhos por tipo de conjugalidade: nas regiões autónomas, em ambos os tipos de núcleo, prevalecem os compostos “com 3 ou mais filhos”, seguidos pelos “com 2 filhos” (com valores que rondam os 40%, ligeiramente superiores nos casais “de direito”); no restante território, as maiores proporções pertencem à situação “com 2 filhos” (igualmente com valores ligeiramente mais elevados no caso dos casais “de direito”), com excepção dos casais “de facto” do Norte e de Lisboa, cuja proporção mais elevada se refere à situação “com 1 filho” (cerca de 39% para ambas).

Figura 9

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual pelo número de filhos e tipo de núcleo, NUTS II, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

À semelhança do que se verifica para o total de casais com filhos, e independentemente do tipo de núcleo, a maioria dos filhos mais novos dos casais reconstituídos têm menos de 14 anos. A maior proporção (mais de 40%) situa-se no grupo etário entre os 5 e 14 anos (embora esta seja ligeiramente mais alta nos casais “de facto”). O grupo etário seguinte com valores mais elevados é, no caso dos casais “de direito”, o dos 15-24 anos, e no que respeita aos casais “de facto”, o dos 0-4 anos. Pertence aos casais “de direito” a proporção mais alta de núcleos cujo filho mais novo tem 25 ou mais anos (11,4% *versus* 7,0% nos casais “de facto”).

Quadro 1

Núcleos familiares reconstituídos - número de filhos e idade do filho mais novo por tipo de núcleo, 2001

Tipo de Núcleo	Total de filhos	Total de núcleos	Idade do filho mais novo							
			0-4 anos		5-14 anos		15-24 anos		25 ou + anos	
	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casais com filhos	2 851 308	1 740 522	394 718	22,7	576 365	33,1	517 224	29,7	252 215	14,5
Casais "de direito"	2 654 613	1 626 575	351 780	89,1	535 785	93,0	495 814	95,9	243 196	96,4
Casais "de facto"	196 695	113 947	42 938	10,9	40 580	7,0	21 410	4,1	9 019	3,6
Casais reconstituídos	95 368	46 786	11 848	25,3	19 426	41,5	11 318	24,2	4 194	9,0
Com 1 filho	16 119	16 119	1 188	10,0	5 447	28,0	6 416	56,7	3 068	73,2
Com 2 filhos	37 340	18 670	5 684	48,0	8 431	43,4	3 723	32,9	832	19,8
Com 3 ou + filhos	41 909	11 997	4 976	42,0	5 548	28,6	1 179	10,4	294	7,0
Casais "de direito"	43 226	20 652	4 904	23,7	8 310	40,2	5 086	24,6	2 352	11,4
Com 1 filho	6 202	6 202	360	7,3	1 537	18,5	2 537	49,9	1 768	75,2
Com 2 filhos	17 698	8 849	2 430	49,6	4 118	49,6	1 863	36,6	438	18,6
Com 3 ou + filhos	19 326	5 601	2 114	43,1	2 655	31,9	686	13,5	146	6,2
Casais "de facto"	52 142	26 134	6 944	26,6	11 116	42,5	6 232	23,8	1 842	7,0
Com 1 filho	9 917	9 917	828	11,9	3 910	35,2	3 879	62,2	1 300	70,6
Com 2 filhos	19 642	9 821	3 254	46,9	4 313	38,8	1 860	29,8	394	21,4
Com 3 ou + filhos	22 583	6 396	2 862	41,2	2 893	26,0	493	7,9	148	8,0

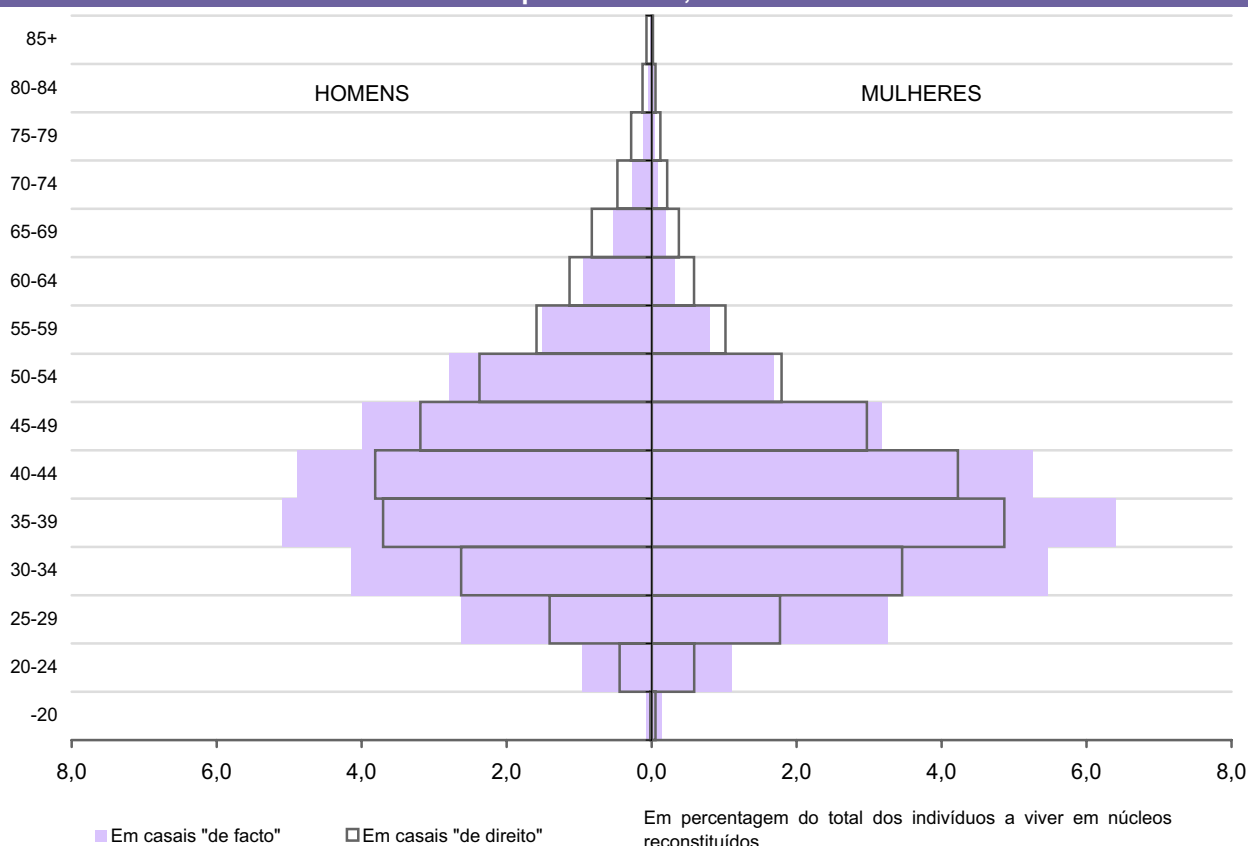
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Idade dos membros dos casais reconstituídos

Analisando a distribuição percentual das idades dos membros dos casais reconstituídos por sexo e tipo de conjugalidade, verifica-se que em todos os grupos etários até aos 50-54 anos a proporção de indivíduos em casais “de facto” reconstituídos é superior à de casados “de direito” na mesma situação. Só nos grupos etários mais elevados é que a percentagem destes últimos passa a ser superior.

Figura 10

Distribuição percentual dos indivíduos a viver em núcleos reconstituídos por sexo, grupo etário e tipo de núcleo, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

A maior parte dos indivíduos em casais reconstituídos tem entre 35 e 44 anos, embora a partir dos 30 anos e até aos 49 anos os valores sejam ainda significativos: 8,6% dos indivíduos em casais “de direito” têm entre 35 e 39 anos e 8,0% entre 40 a 44 anos; essas percentagens são de 11,5% e 10,1%, no caso dos casais “de facto” reconstituídos. A maior diferença percentual entre os indivíduos dos dois tipos de conjugalidade situa-se no grupo etário dos 30-34 anos: 6,1% dos indivíduos a viver em casais de “direito” e 9,6% dos indivíduos a viver em casais de “facto” reconstituídos têm aquela idade.

Verifica-se ainda que as mulheres apresentam as proporções mais elevadas, em ambos os tipos de conjugalidade, até ao grupo etário dos 40-44 anos. A partir dessa idade os homens passam a registar valores mais elevados, o que poderá ser explicado pelo maior recasamento masculino e pela sobrevivência masculina.

Nível de instrução dos membros dos casais reconstituídos

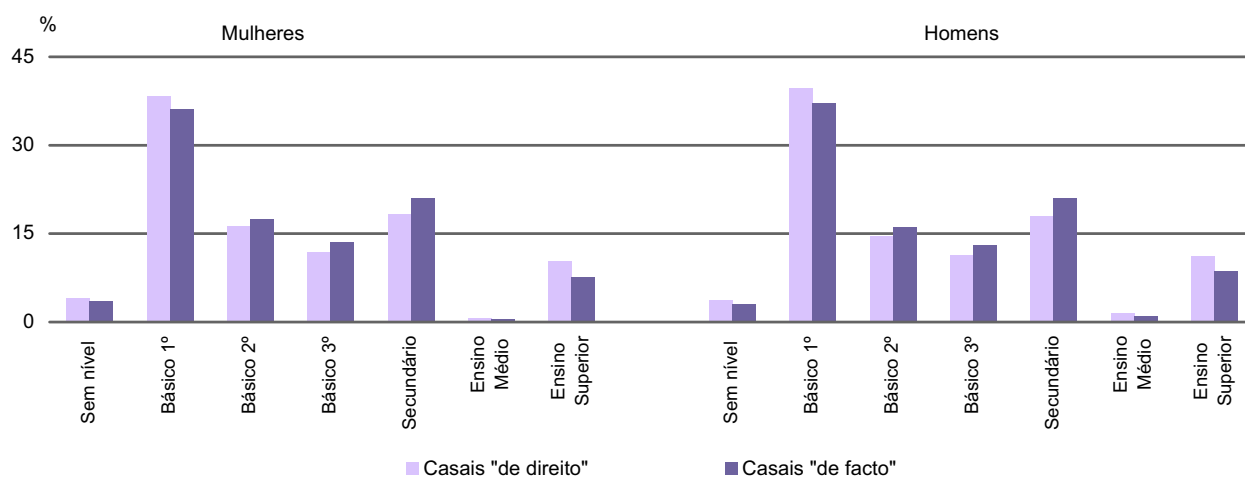
O nível de instrução dos membros dos casais reconstituídos é, de um modo geral, baixo. Grande parte destes indivíduos, em ambos os tipos de núcleo, tem apenas o ensino Básico do 1º Ciclo: 37,1% das mulheres e 38,3% dos homens em núcleos reconstituídos. Esta situação reflecte a realidade da maioria da população portuguesa, embora a proporção dos Sem Nível de Ensino seja aqui significativamente mais reduzida (3,8% de mulheres e 3,4% de homens). Os níveis de ensino a seguir com as proporções mais elevadas são o Secundário (com cerca de 20% dos indivíduos), e o ensino Básico do 2º Ciclo (17,0% de mulheres e 15,5% de homens). Os níveis de ensino mais elevados – Ensino Médio e Ensino Superior – apresentam proporções mais baixas do que os restantes níveis (9,5% para as mulheres e 10,9% para os homens).

De grosso modo, não se visualizam diferenças marcantes quanto ao nível de ensino entre os homens e as mulheres em casais reconstituídos, nem entre o tipo de núcleo. Apenas de referir a maior representação dos casais “de direito” nos níveis de instrução mais baixos e, simultaneamente, nos mais elevados, enquanto os

casais “de facto” se destacam nos níveis intermédios – Básico do 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário, em ambos os sexos.

Figura 11

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual segundo o nível de ensino do homem e da mulher, por tipo de núcleo, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

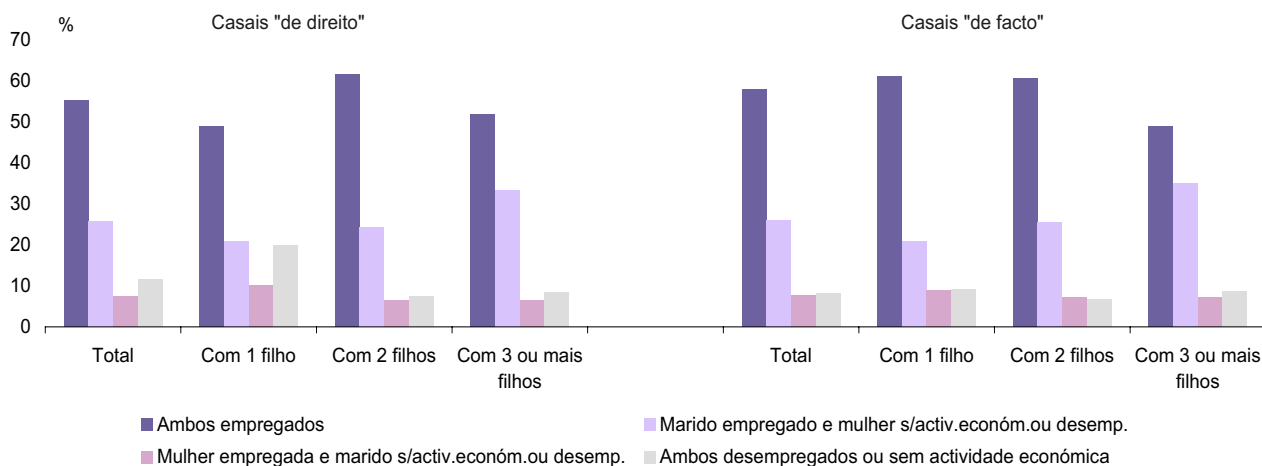
Condição perante a actividade económica dos membros dos casais reconstituídos

A maioria dos membros dos casais reconstituídos está empregada, ou o marido está empregado e a mulher não tem actividade económica ou encontra-se desempregada. Esta situação é válida para ambos os tipos de conjugalidade, com proporções semelhantes, embora os casais “de facto” registem uma proporção ligeiramente superior na situação Ambos empregados (mais 2,8 pontos percentuais), e, pelo contrário, ligeiramente inferior na situação Ambos desempregados ou sem actividade económica (menos 3,4 pontos percentuais).

Esta realidade mantém-se quando se observa a condição perante a actividade económica do casal pelo número de filhos. Independentemente do número de filhos, e do tipo de núcleo, a maioria dos casais reconstituídos estão empregados.

Figura 12

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual segundo a condição perante a actividade económica do homem e da mulher, total de filhos nos núcleos, por tipo de núcleo, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

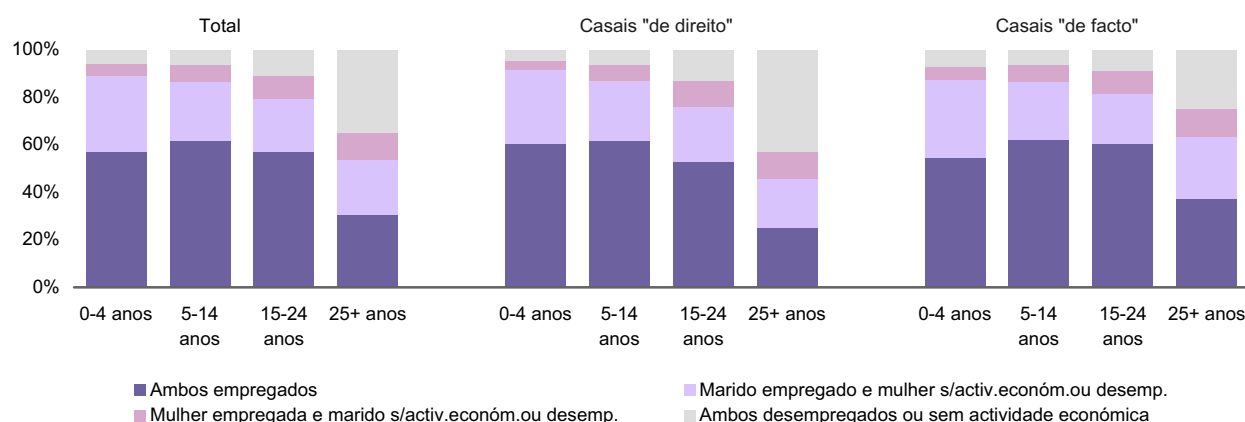
No entanto, são de realçar algumas situações: independentemente do tipo de núcleo, observa-se que quanto mais filhos tem o casal maior a proporção da condição em que a mulher não tem actividade económica ou está desempregada; a situação em que a mulher está empregada e o marido não tem actividade económica ou encontra-se desempregado é ligeiramente superior nos casais só com 1 filho; igualmente, a condição em que ambos os membros do casal estão desempregados ou sem actividade económica é mais frequente na situação de com 1 filho. A primeira situação parece estar relacionada com o facto de a mulher passar a estar em casa a tomar conta dos filhos, particularmente quando estes são pequenos e são vários, assumindo um papel tradicional como a principal responsável pela organização e supervisão das tarefas domésticas e o cuidar dos filhos; a última situação, de ambos os membros do casal estarem desempregados ou sem actividade económica, pode estar relacionada com a idade do casal, uma vez que pode tratar-se de um casal de idosos, reformados, ainda com um filho em casa.

Analisando as diferenças da condição perante a actividade dos casais dos dois tipos de conjugalidade, é de salientar na situação dos casais com 1 filho, a proporção mais elevada de casais “de facto” em que ambos são empregados (mais 12,1 pontos percentuais), e paralelamente, a maior proporção de casais “de direito” na condição Ambos desempregados ou sem actividade económica; na situação de com 2 filhos ou com 3 ou mais filhos não existem diferenças assinaláveis segundo o tipo de núcleo.

Se observarmos as idades dos filhos ⁴, nomeadamente o grupo etário do filho mais novo, concluímos que a proporção da condição em que ambos os membros do casal reconstituído estão empregados vai diminuindo com a idade dos filhos, o que pode ter a ver com a própria idade do indivíduo e a evolução da sua vida activa; a condição em que o marido está empregado e a mulher não tem actividade económica ou está desempregada é mais frequente quando os filhos são mais novos, diminuindo à medida que os filhos têm mais idade, o que parece confirmar o que foi dito anteriormente sobre a mulher ficar em casa a tomar conta dos filhos quando estes são mais pequenos; a condição em que a mulher está empregada e o marido sem actividade económica ou desempregado, pelo contrário, vai aumentando com a idade dos filhos, o que pode indicar que o marido é mais velho e por isso entra num processo de reforma mais cedo que a mulher, ou pode estar relacionado com uma eventual situação de desemprego do marido, que desconhecemos; a última condição, em que ambos os membros do casal estão desempregados ou sem actividade económica também apresenta uma tendência de aumento à medida que os filhos têm mais idade, verificando-se a maior proporção na situação em que o filho mais novo tem mais de 25 anos, podendo tratar-se de um casal já reformado com um filho em casa. Provavelmente, estas constatações são válidas não só para os casais reconstituídos em estudo mas para a totalidade dos casais portugueses, análise agora não explorada.

Figura 13

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual segundo a condição perante a actividade económica do homem e da mulher, tipo de núcleo e o escalão etário do filho mais novo, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

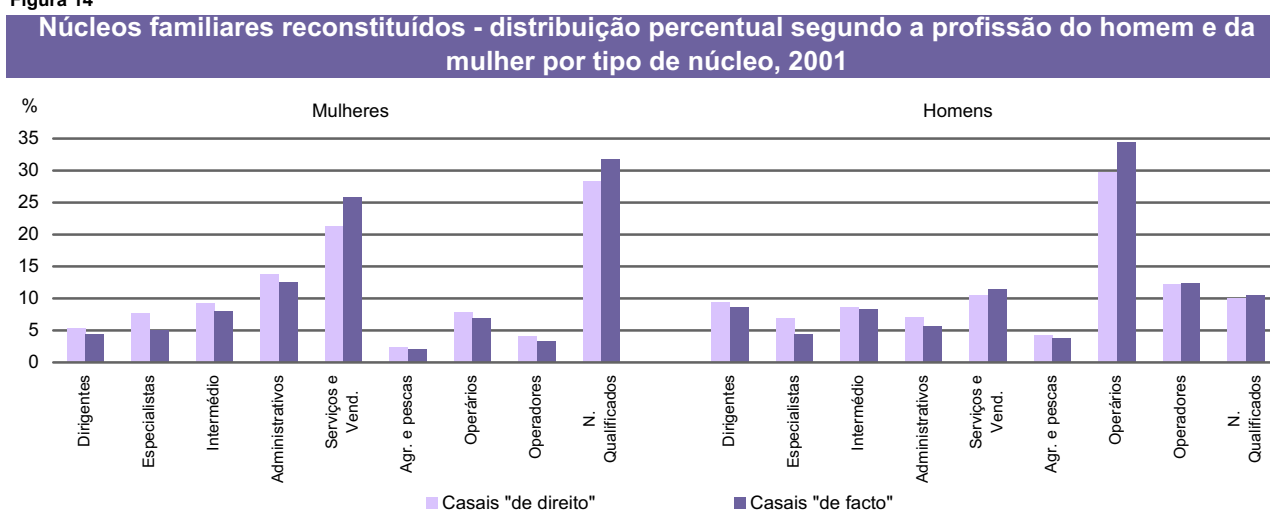
As tendências anteriores basicamente são as mesmas quer se analisem os casais “de direito”, quer os casais “de facto” reconstituídos, tendo em conta as idades dos filhos. É, no entanto, de assinalar algumas diferenças percentuais quanto aos casais cujo filho mais novo em casa tem 25 ou mais anos: maior proporção de casais “de direito” em que ambos os membros estão desempregados ou sem actividade económica (42,6% face a 24,5% de “casais de facto”); consequentemente, proporção mais elevada de casais “de facto” cujos membros

estão empregados (37,2% contra 25,2% de casais “de direito”), e ainda em que o marido encontra-se empregado e a mulher não tem actividade económica ou está desempregada (26,4% de casais “de facto” e 20,8% de casais “de direito”). Esta diferença pode estar relacionada com a própria idade dos membros do casal.

Profissão dos membros dos casais reconstituídos

Analisando as profissões dos membros dos núcleos familiares reconstituídos que estão empregados e incluindo os desempregados à procura de novo emprego, constata-se que a situação é muito semelhante à do total da população residente empregada portuguesa. Segundo os Censos 2001, a maior parte dos homens em núcleos reconstituídos tem como profissão a de “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”, seguida de longe dos “Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem” (32,5% e 12,3%, respectivamente); quanto às mulheres, a proporção mais elevada concentra-se no grupo de “Trabalhadores não Qualificados”, seguido do “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (30,3% e 23,9%, respectivamente). Desagregando os valores por tipo de núcleo e sexo, verifica-se que os grupos de profissões mantêm-se, com proporções idênticas.

Figura 14



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

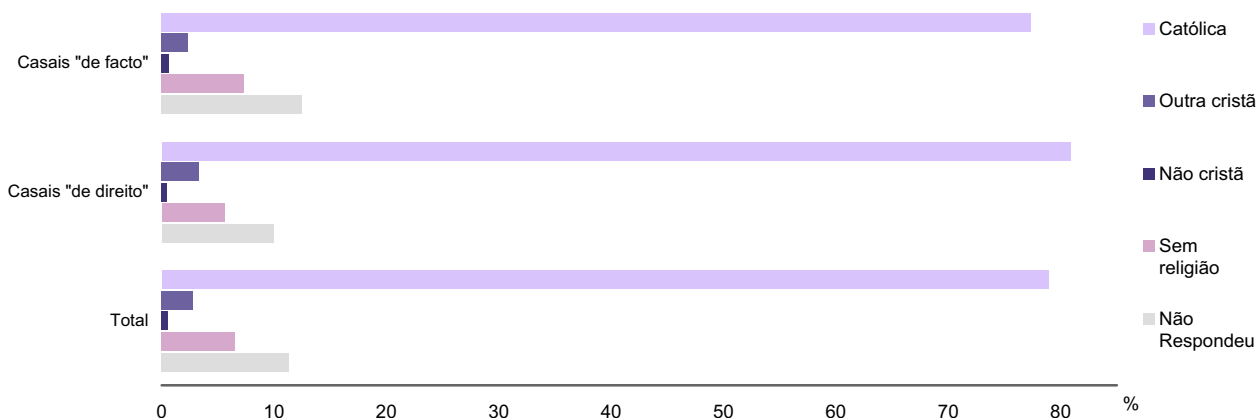
Nota: Classificação Nacional de Profissões/1994 (CNP – 94) a 1 dígito: 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; 4 – Pessoal Administrativo e Similares; 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; 9 – Trabalhadores Não Qualificados; 0 – Forças Armadas. A Figura 14 não inclui as Forças Armadas e os Trabalhadores indiferenciados não classificados em outra parte.

Resposta à pergunta sobre a Religião

À semelhança do que se verifica para o total da população portuguesa, a maioria dos membros dos núcleos familiares reconstituídos assumem pertencer à religião católica⁵, embora a proporção seja menor, sendo a diferença mais significativa no caso dos casais “de facto” (84,5% para o total do país, 80,8% no caso dos casais “de direito” reconstituídos, e 77,3% no que se refere aos casais “de facto” reconstituídos). De realçar ainda que a proporção dos que afirmam não ter religião é superior no caso dos casais que vivem em núcleos reconstituídos, quase duplicando no que se refere aos casais “de facto”: 7,3% dos casais “de facto” e 5,6% dos casais “de direito” reconstituídos consideram não ter religião, face a 3,9% do total nacional. Parece assim existir alguma influência da religião na escolha do tipo de conjugalidade.

Figura 15

Núcleos familiares reconstituídos - distribuição percentual segundo a resposta à pergunta sobre religião do homem e da mulher por tipo de núcleo, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

2. Formação de famílias reconstituídas pelo casamento, 1995-2002

Desde 1995 que através das Estatísticas Demográficas oficiais é possível analisar a evolução de algumas particularidades da celebração do casamento, nomeadamente a existência de filhos anteriores ao mesmo (comuns e não comuns) e a existência de residência anterior ao casamento. Deste modo, é possível desde aquela data traçar a evolução da constituição pelo direito de famílias com filhos anteriores não comuns. A exploração destes dados pareceu-nos interessante e pertinente como complemento à anterior, baseada nos resultados dos Censos 2001, dada a possibilidade de cruzamento e análise de algumas variáveis diferentes e da sua evolução.

Do total de casamentos celebrados anualmente, os que originam a formação de uma nova família reconstituída "de direito" – ou seja, composta por um casal "de direito" e pelo menos por um filho só de um dos cônjuges anterior ao casamento - apresentam uma fraca expressão. Na maioria dos casamentos celebrados, os cônjuges não têm filhos anteriores ao mesmo, tratando-se, principalmente, de primeiros relacionamentos sem filhos. Outra situação é a da legitimação, por via do casamento, de um relacionamento de facto, onde podem existir apenas filhos comuns.

No entanto, dado o aumento do número de divórcios em Portugal, é cada vez mais frequente, e sobretudo por esta via, que os indivíduos venham a constituir uma nova família, já existindo filhos de relacionamentos anteriores.

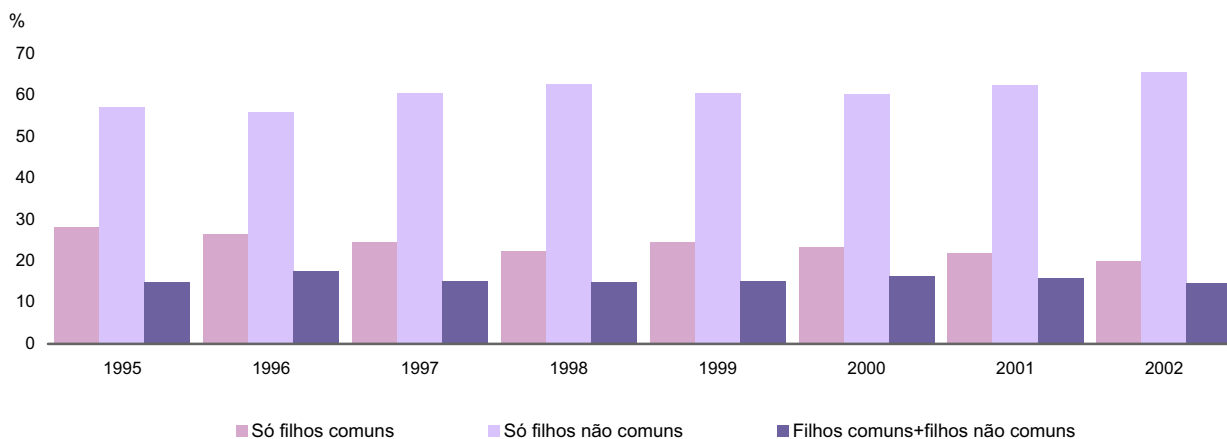
Importa recordar que a via do direito não é a única para a formação de uma família reconstituída. A família reconstituída pode ser formada quer através de um casamento, quer de um relacionamento não legalizado, uma união de facto. Da mesma forma, o(s) filho(s) anterior(es) não comum(ns) à actual relação conjugal pode ser proveniente de um casamento ou de uma união de facto (tendo como referência, o conceito censitário).

Existência de filhos anteriores ao casamento

A grande maioria dos nubentes não tem filhos de relacionamentos anteriores. Em 2002, apenas em 14,9% dos 56 457 casamentos celebrados os nubentes possuíam filhos anteriores ao casamento. A evolução desta situação desde 1995 revela que apesar da sua fraca expressão, ela tem vindo a aumentar (11,1%, dos 65 776 casamentos celebrados em 1995).

Figura 16

Casamentos com filhos anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo a existência de filhos comuns e não comuns, 1995-2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995-2002

A maior parte dos filhos anteriores ao casamento são filhos apenas de um dos cônjuges. Em 2002, dos casamentos celebrados em que existem filhos anteriores, 65,4% não são comuns, 19,8% são comuns e em 14,7% existe a situação mista, comuns e não comuns (57,0%, 28,1% e 15,0%, respectivamente em 1995).

A tendência desde 1995 é de aumento da existência de filhos não comuns, de diminuição da existência de filhos só comuns, enquanto a situação mista tem registado ligeiras oscilações, embora sem grandes variações. Esta situação permite concluir que a existência de filhos não comuns anteriores ao casamento não constitui um entrave à celebração do mesmo.

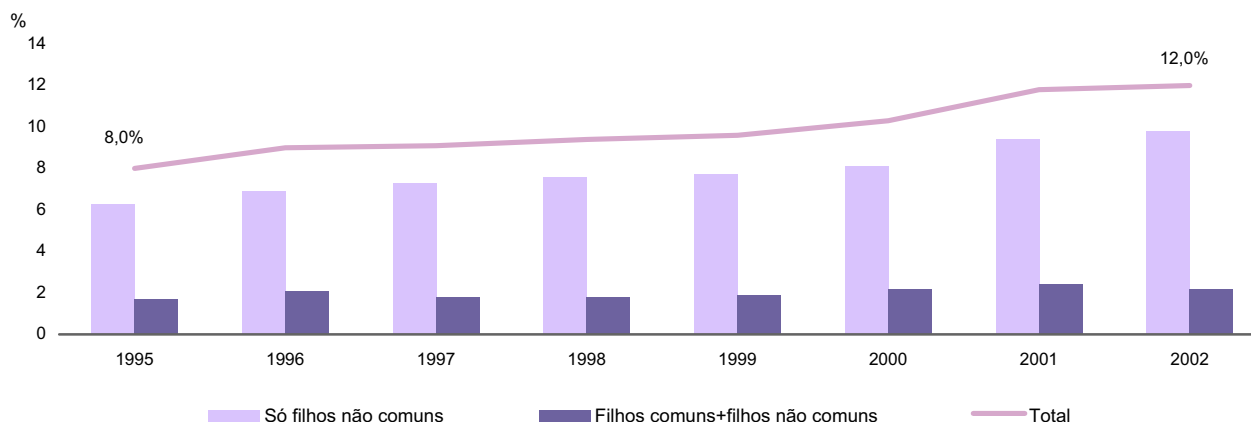
Evolução da formação de famílias reconstituídas pelo casamento

A observação da existência de filhos não comuns anteriores ao casamento permite-nos conhecer a evolução da “reconstituição” das famílias pela via do casamento. Em 2002, verificamos que 12,0% dos casamentos celebrados, ou seja, 6 747 casamentos, dão origem a famílias reconstituídas. Esta situação tem vindo progressivamente a aumentar desde 1995 (8,0%, correspondendo a 5 229 casamentos).

Estas famílias reconstituídas pela via do direito são formadas maioritariamente por casais com filhos anteriores ao casamento só de um dos cônjuges; a coexistência da situação “filhos não comuns” e de “filhos comuns” anteriores ao casamento é mais rara: em 2002, do total de casamentos celebrados que dão origem a famílias reconstituídas, 81,7% têm filhos anteriores não comuns e apenas 18,3% são compostos pela situação mista, filhos não comuns e filhos comuns do casal (78,8% e 12,3%, em 1995, respectivamente). Em relação ao total de casamentos celebrados, as proporções são de 9,8% e 2,2%, respectivamente (6,3% e 1,7%, em 1995).

Figura 17

Casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - % no total de casamentos, 1995-2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995-2002

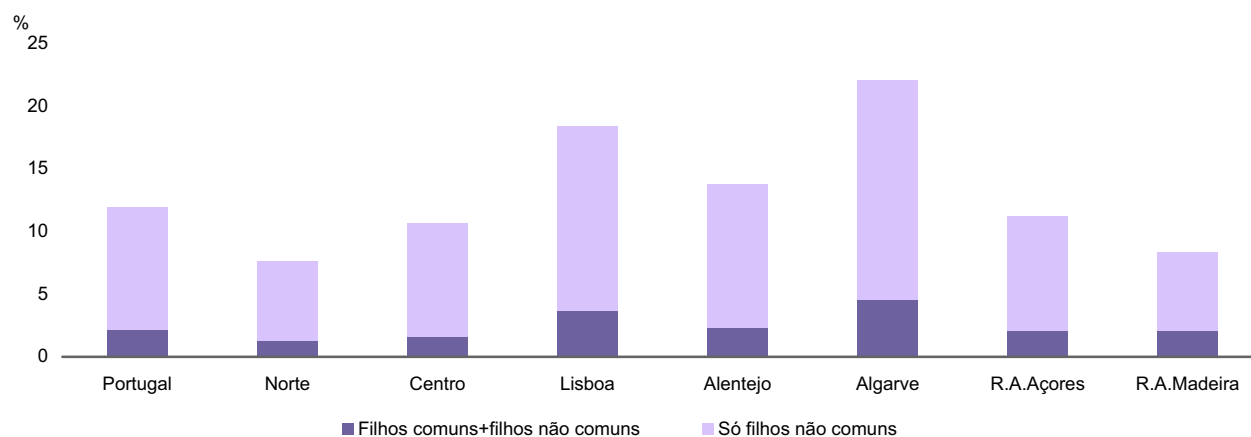
Distribuição geográfica

À semelhança do que verificamos na análise dos resultados dos Censos 2001, a distribuição regional das famílias reconstituídas pelo casamento não é homogénea e reflecte as assimetrias que se encontram em vários indicadores demográficos. Em 2002, acima do valor para Portugal, surge o Algarve com cerca de 22%, seguido por Lisboa (18,4%) e o Alentejo (13,8%). Pelo contrário, os valores mais baixos pertencem ao Norte e à Região Autónoma da Madeira (com cerca de 8%), seguidos do Centro e da Região Autónoma dos Açores (com aproximadamente 11%).

Desagregando os casamentos celebrados com filhos não comuns anteriores aos mesmos, mantém-se a mesma hierarquia de NUTS II: os casamentos só com filhos não comuns apresentam a maior proporção no Algarve (com cerca de 18%) e a menor no Norte e na Região Autónoma da Madeira (ambas com 6,3%); os casamentos com filhos anteriores comuns e não comuns têm igualmente a maior representatividade no Algarve (4,6%) e a menor no Norte (1,3%).

Figura 18

Casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - % no total de casamentos, NUTS II, 2002



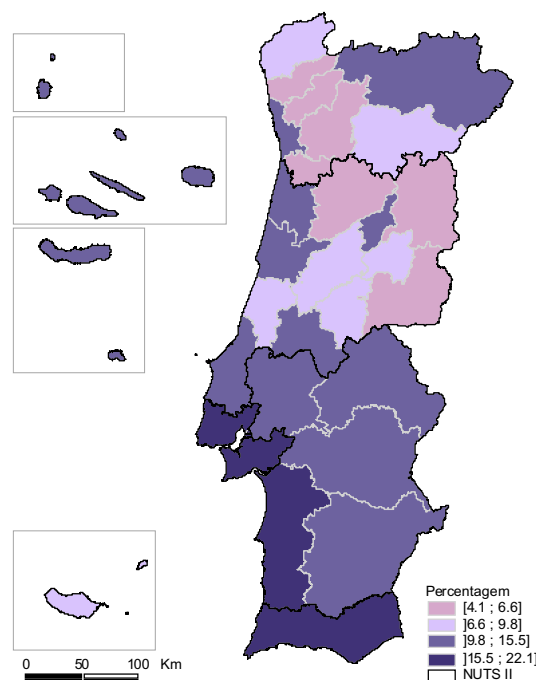
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

A hierarquia anterior pode ser encontrada desde 1995, sendo apenas de assinalar que, em alguns anos, o valor da Região Autónoma dos Açores chega a ultrapassar o do Alentejo.

A nível de NUTS III, e para o ano mais recente, os valores mais elevados de formação de famílias reconstituídas pelo casamento pertencem ao sul do País, com o Algarve a encabeçar a lista (cerca de 22%), seguido da Península de Setúbal e da Grande Lisboa (19,7% e 17,9%, respectivamente), Alentejo Litoral e Baixo Alentejo (17,2% e 15,5%, respectivamente). No lado oposto, destacam-se mais a norte e a centro com as menores percentagens, o Cávado e o Tâmega (cerca de 4% para ambos), a Beira Interior Sul e Dão Lafões (com cerca de 5%). Também esta distribuição pode ter várias explicações, comuns a outros indicadores demográficos, e já expostas anteriormente.

Figura 19

Casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - % no total de casamentos, NUTS III, 2002



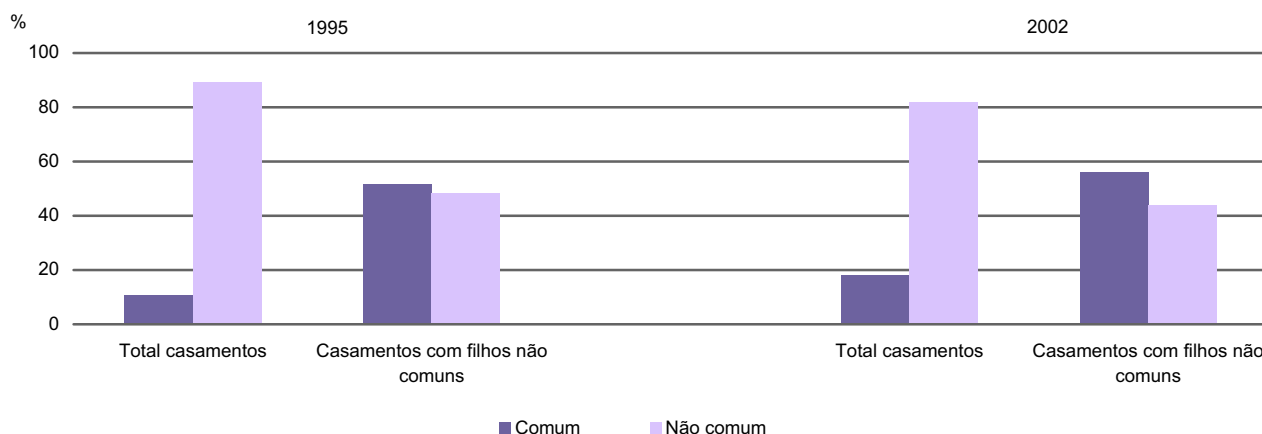
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Residência anterior comum

A coabitação anterior ao casamento é amplamente praticada pelos casais com filhos anteriores não comuns. Esta situação tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, quer em termos globais, quer no que se refere ao tipo de casamento em estudo. Embora em menor escala em Portugal, e em outros países sobretudo da Europa do Sul, sabemos que em muitos países a entrada na conjugalidade faz-se habitualmente pela coabitação, e em outros como a Suécia, Dinamarca e Noruega, a união de facto constitui mesmo uma forma alternativa ao casamento (Leite, 2003a, p. 102).

Em 2002, cerca de 18% dos nubentes têm residência anterior comum (cerca de 11% em 1995), enquanto essa percentagem é de aproximadamente 56%, no caso dos casamentos que vão dar origem a famílias reconstituídas (cerca de 52% em 1995).

Figura 20

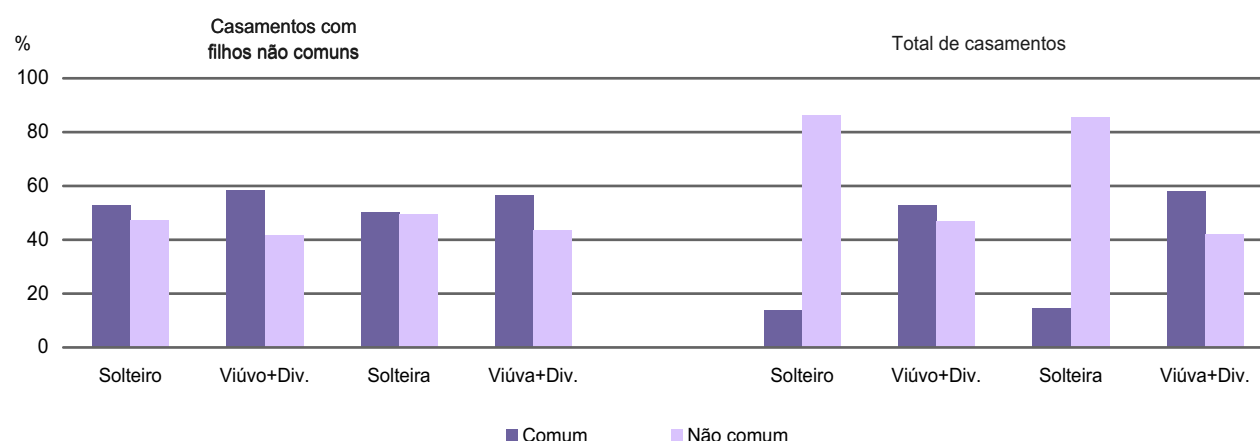
Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo a residência anterior comum, 1995 e 2002


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995 e 2002

A união de facto anterior ao casamento é assim uma prática de mais de metade dos casais que vão formar famílias reconstituídas. Apesar de ser uma realidade comum aos indivíduos com todos os estados civis (solteiros, viúvos e divorciados), os valores são mais elevados no caso dos que foram anteriormente casados, ou seja, que vêm de uma situação de divórcio ou viuvez. Por outro lado, as proporções são ligeiramente superiores no caso dos homens: em 2002, 52,8% dos homens e 50,3% das mulheres solteiros tinham residência anterior comum, face a 58,3% e 56,3% de homens e mulheres viúvos e divorciados.

A situação anterior difere da da totalidade dos casamentos celebrados: a maioria dos homens e mulheres solteiros não vivem em coabitação antes de casarem (86,2% dos homens e 85,4% das mulheres solteiros), mas a maior parte dos viúvos e divorciados vivem em união de facto antes de celebrarem o casamento, sendo esta proporção ligeiramente superior no caso das mulheres (53,0% dos homens e 58,0% das mulheres).

Figura 21

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo o estado civil anterior dos cônjuges e a residência anterior comum, 2002


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Comparativamente com 1995, é de salientar, quer no que se refere à totalidade dos casamentos celebrados, quer aos que vão formar famílias reconstituídas, o aumento dos casamentos com residência anterior comum, em ambos os sexos, e em todos os estados civis anteriores ao casamento, mais significativa nos homens viúvos e divorciados, e com excepção das mulheres viúvas e divorciadas que vão formar famílias reconstituídas, que diminuíram ligeiramente (embora a proporção continue bastante elevada – 59,4% em 1995 e 56,3% em 2002).

Forma de celebração do casamento

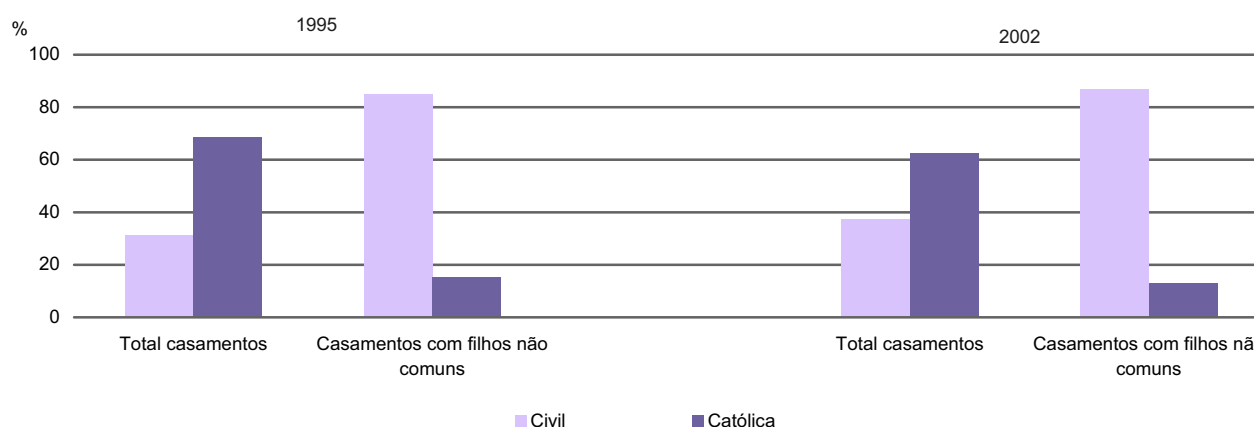
Será que a existência de filhos anteriores ao casamento, neste caso de pelo menos um não comum, influencia a forma de celebração do casamento?

Apesar da forte quebra que o casamento católico tem vindo a sofrer, nos últimos anos, em Portugal (Leite, 2003a, pp. 104-405), este continua a ser a forma de celebração mais escolhida: em 2002, cerca de 63% dos casamentos em Portugal têm cerimónia católica (menos cerca de 6 pontos percentuais do que em 1995). Contrariando a tendência global, a forma de celebração preferencial dos nubentes que vão formar famílias reconstituídas pelo direito é o registo civil e não o casamento católico: em 2002, 87,0% dos nubentes nesta condição optaram pelo casamento civil, face a 84,8% em 1995.

Observando a forma de celebração do casamento segundo o estado civil anterior dos nubentes, a diferença que mais ressalta entre a totalidade dos casamentos e os casamentos com pelo menos um filho não comum e que vão formar famílias reconstituídas, tem a ver com as opções dos indivíduos solteiros. Com tendência oposta à da totalidade dos casamentos, os nubentes solteiros do tipo de casamento em estudo, optam maioritariamente pelo casamento pelo registo civil em detrimento do católico: em 2002, 80,4% dos homens e 81,8% das mulheres solteiros optam por casar pelo civil; essas proporções são de cerca de 79%, para ambos os sexos, em 1995. No que se refere à totalidade dos casamentos, a percentagem de solteiros que optam pelo casamento pelo civil é de 31,1% para as mulheres, e de 32,6% para os homens (25,7% e 27,3%, respectivamente em 1995).

Figura 22

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo a forma de celebração do casamento, 1995 e 2002

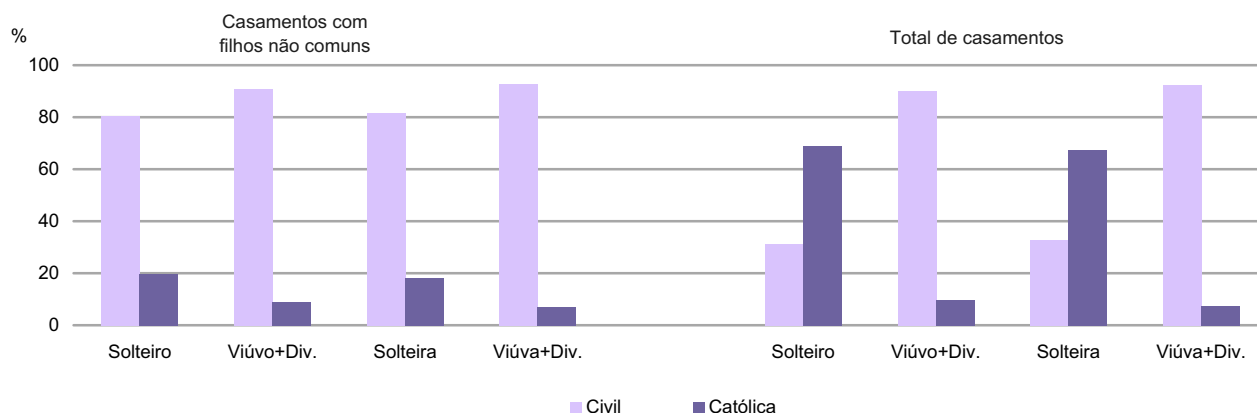


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995 e 2002

Os viúvos e divorciados do tipo de casamento em estudo apresentam valores ainda mais elevados: 91,0% no caso dos homens, e 92,6% no caso das mulheres (87,6% e 91,2%, respectivamente, em 1995). Na globalidade dos casamentos celebrados essas percentagens são de 90,2% e 92,5%, respectivamente (86,3% e 89,9%, respectivamente, em 1995).

Figura 23

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo o estado civil anterior dos cônjuges e a forma de celebração do casamento, 2002



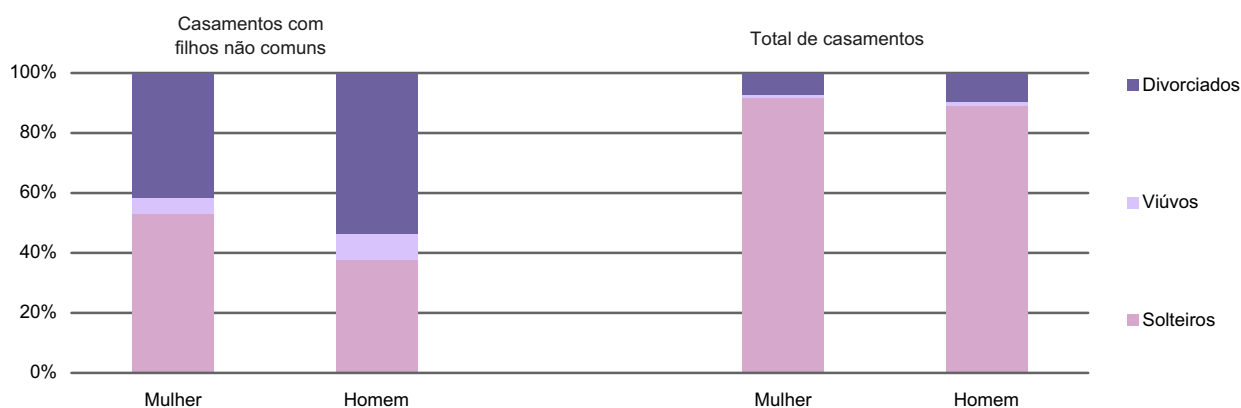
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Estado civil anterior dos cônjuges

Existe, de facto, uma diferença significativa quanto ao estado civil entre a totalidade dos indivíduos que celebram casamento e os indivíduos que vão formar famílias reconstituídas. Em 2002, enquanto que a esmagadora maioria dos indivíduos que celebram casamento são solteiros (valores que rondam os 90%, para ambos os sexos), e apenas uma pequena percentagem são divorciados (9,5% de homens e 7,3% de mulheres), relativamente aos nubentes que vão formar uma família reconstituída essa relação é muito diferente: as mulheres são maioritariamente solteiras, com um valor muito abaixo do total já referido, e a percentagem de divorciadas é bastante significativa (53,1% e 41,6%, respectivamente); no caso dos homens, a relação inverte-se, a maioria são divorciados (37,8% são solteiros e 53,6% divorciados). Os viúvos têm uma fraca expressão, embora esta seja mais considerável no caso dos indivíduos que têm filhos não comuns anteriores ao casamento, e nos homens, o que pode ser justificado pelo facto dos homens recasarem mais, ou seja, são sobretudo eles que voltam a ter um novo relacionamento conjugal, neste caso pela via do casamento.

Figura 24

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual segundo o estado civil anterior dos cônjuges, 2002



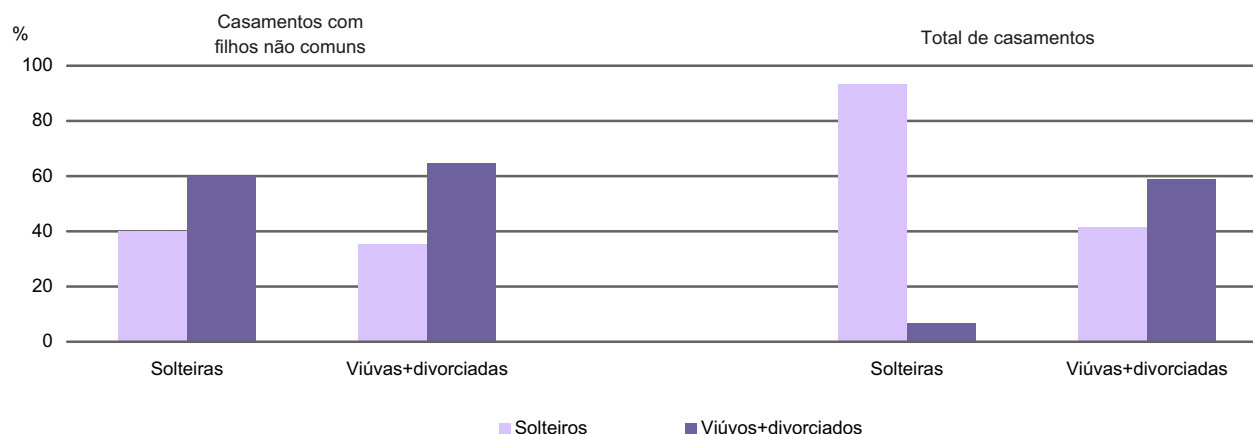
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Relativamente à evolução desde 1995 dos casamentos com filhos não comuns segundo o estado civil anterior dos cônjuges, é de assinalar, quanto às mulheres, o aumento da proporção de casamentos de divorciadas e o decréscimo da de viúvas, e quanto aos homens, o aumento de casamentos de solteiros e o decréscimo dos de viúvos. No que se refere à evolução da totalidade dos casamentos celebrados, não se verificam grandes oscilações

quanto ao estado civil anterior dos nubentes, embora ressalte um ligeiro decréscimo de casamentos de solteiros e viúvos, de ambos os sexos, por oposição a um ligeiro aumento de casamentos de divorciados.

Figura 25

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual do estado civil anterior do cônjuge masculino segundo o estado civil anterior do cônjuge feminino, 2002



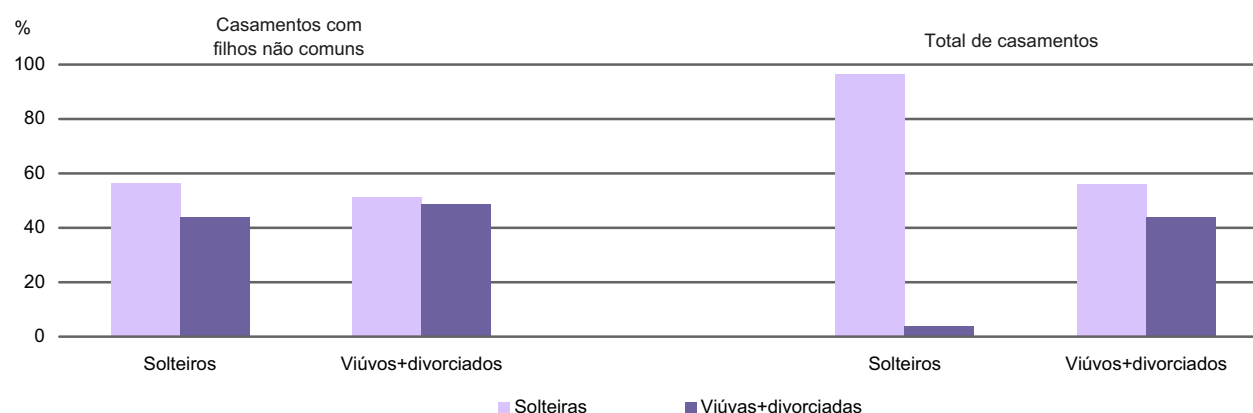
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Contrariando a tendência genérica dos casamentos quanto ao estado civil anterior dos nubentes, ou seja, que a grande maioria dos casamentos são primeiros casamentos, entre indivíduos solteiros, os casamentos de indivíduos com filhos anteriores não comuns, que vão dar origem a famílias reconstituídas pela via do direito, apresentam algumas diferenças. Concretizando, em 2002, se aquela realidade é válida para o caso dos homens solteiros, uma vez que 56,2% deles casam com uma solteira, já não o é, no caso das mulheres solteiras. Naquele ano, a maioria das solteiras (60,0%) contrai matrimónio com um viúvo ou divorciado.

Por outro lado, e se observarmos os recasamentos, ou seja, os casamentos de indivíduos que já foram anteriormente casados – viúvos ou divorciados –, a tendência da totalidade dos casamentos e dos casamentos com filhos anteriores não comuns é a mesma: grande parte dos viúvos e divorciados casam com solteiras (51,2% face a 48,8% que casam com viúvas e divorciadas, no caso dos casamentos com filhos anteriores não comuns); pelo contrário, a maioria dos casamentos de mulheres que já foram anteriormente casadas realiza-se com homens também eles viúvos ou divorciados (64,7% face a 35,3% que casam com solteiros). Tal como referido anteriormente, esta situação deve-se essencialmente ao facto dos homens recasarem mais do que as mulheres, que muitas vezes permanecem na situação de viúvas e divorciadas não tornando a casar.

Figura 26

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual do estado civil anterior do cônjuge feminino segundo o estado civil anterior do cônjuge masculino, 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

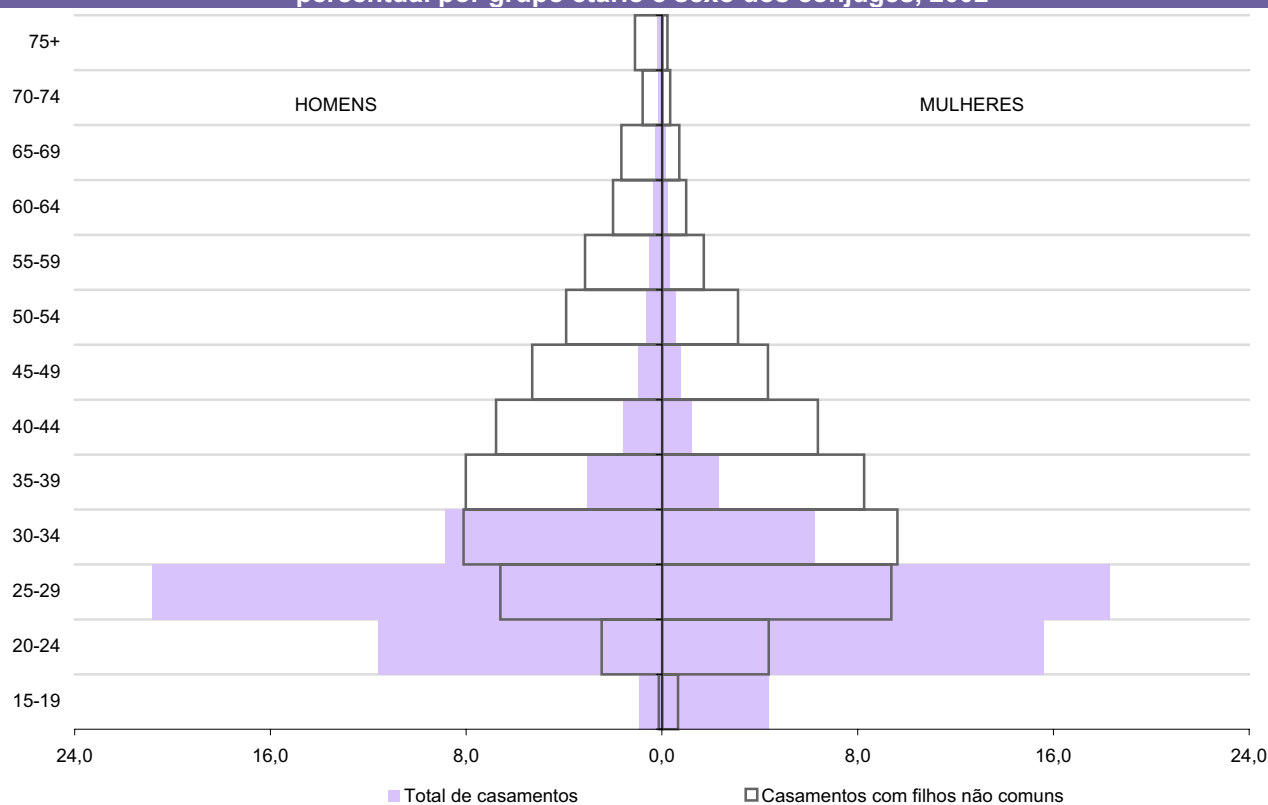
Comparativamente com o ano de 1995, é de realçar, no caso dos casamentos com filhos anteriores não comuns, o aumento do número de casamentos de solteiros com solteiras e vice-versa, diminuindo o número de casamentos com viúvas e divorciadas e vice-versa.

Idade dos cônjuges

Observando a idade dos nubentes, em 2002, é possível verificar diferenças significativas entre os da totalidade dos casamentos e os dos casamentos com pelo menos um filho não comum. A distribuição percentual por grupos etários e sexo, em cada uma das situações, revela que, no caso da totalidade dos casamentos, a maior incidência de nubentes verifica-se nas idades até aos 29 anos, mais cedo nas mulheres do que nos homens, enquanto no que se refere só aos casamentos com filhos anteriores não comuns, as percentagens distribuem-se com valores mais aproximados entre os 25 e os 50 anos, igualmente mais elevados nas mulheres até aos 40 anos. Concretizando, do total de nubentes que casam em 2002, 11,6% dos homens e 15,6% de mulheres têm 20-24 anos; no caso dos casamentos que formam famílias reconstituídas, essas percentagens são de 2,5% e 4,4%, respectivamente. Cerca de 40% da generalidade dos nubentes têm 25-29 anos: 20,8% são homens e 18,3% são mulheres. Essas proporções são de 6,6% e 9,4%, respectivamente, no que se refere aos casamentos com filhos não comuns. No grupo etário seguinte, 30-34 anos, as proporções baixam para 8,8% e 6,2%, respectivamente, no caso da totalidade dos casamentos, e aumentam para 8,1% e 9,6%, no caso dos casamentos com filhos anteriores não comuns. Com 35-39 anos, as proporções de nubentes, na primeira situação, são muito baixas (3,1% para os homens, e 2,3% para as mulheres), não sofrendo grande quebra no entanto, no caso do subgrupo (8,0% e 8,3%, respectivamente). Concluindo, os nubentes que formam famílias reconstituídas, pela via do direito, são mais velhos e casam até mais tarde.

Figura 27

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual por grupo etário e sexo dos cônjuges, 2002



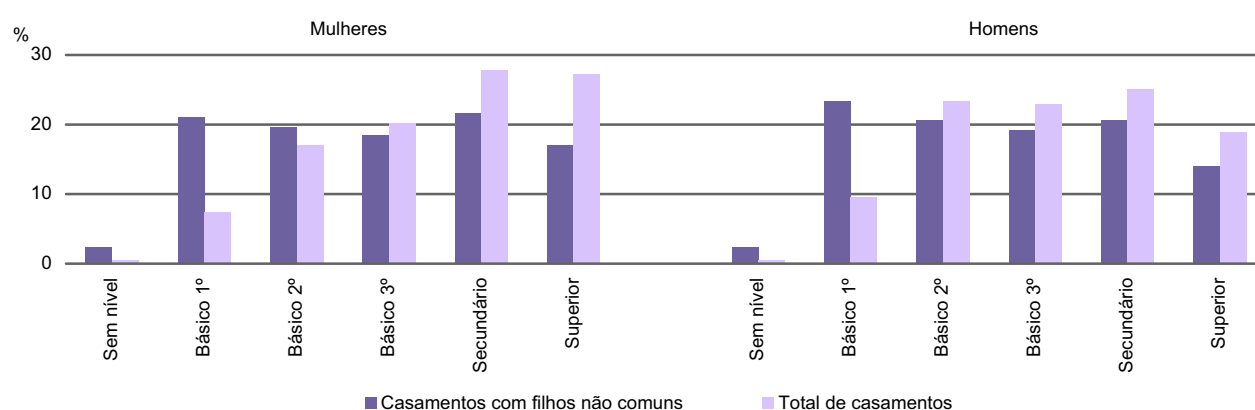
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Nível de instrução dos cônjuges

Os nubentes do tipo de casamento em estudo têm, de um modo geral, um nível de instrução mais baixo do que o da globalidade dos nubentes. Em 2002, apesar de se verificar uma dispersão pelos vários níveis de instrução, a proporção de indivíduos sem nível ou que não ultrapassam o ensino básico do 1º ciclo ainda é bastante elevada: 25,6% no caso dos homens e 23,4% no caso das mulheres. No conjunto dos nubentes, essas percentagens são de 10,0% e 7,9%, respectivamente. A proporção dos que possuem o ensino secundário e superior é consequentemente mais baixa do que na totalidade dos casamentos: 34,6% nos homens e 36,6% nas mulheres, nos nubentes que vão formar famílias reconstituídas, face a 43,9% e 54,9, respectivamente, no total de casamentos.

Figura 28

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual por sexo e nível de instrução, 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

A diferença entre o subconjunto de casamentos em estudo e o universo pode em parte ser explicada, tal como observado anteriormente, pelo facto dos indivíduos do subconjunto terem idades mais elevadas e, como se sabe, a tendência dos últimos anos tem sido de aumento do nível de escolarização da população. Em 1995, a proporção de indivíduos que não ultrapassam o ensino básico do 1º ciclo é bastante superior: no que se refere aos casamentos com filhos anteriores não comuns, as proporções rondam os 40% para ambos os sexos; para a totalidade dos casamentos, a proporção é mais baixa - 26,0% para os homens e 23,3% para as mulheres. Consequentemente, as percentagens dos que completaram o ensino secundário e o superior são mais baixas: no caso do subconjunto dos casamentos em estudo é de cerca de 25%, para ambos os sexos, no que se refere à totalidade dos casamentos, é de cerca de 26% para os homens e de 31% para as mulheres.

Condição perante a actividade económica e profissão dos cônjuges

A grande maioria dos nubentes estão empregados. Comparando a condição perante a actividade económica dos nubentes na totalidade dos casamentos e no grupo mais restrito em estudo, a proporção de empregados é superior no universo dos casamentos, em ambos os sexos: em 2002, 95,5% dos homens e 80,4% das mulheres nubentes estão empregados, face a 87,1% e 68,8%, respectivamente, no caso dos nubentes que vão formar famílias reconstituídas. Paralelamente, a proporção de não activos é mais elevada neste último grupo: 1,9% dos homens e 28,8% das mulheres encontram-se nesta condição, por comparação a 3,6% e 17,2%, respectivamente, do total de nubentes.

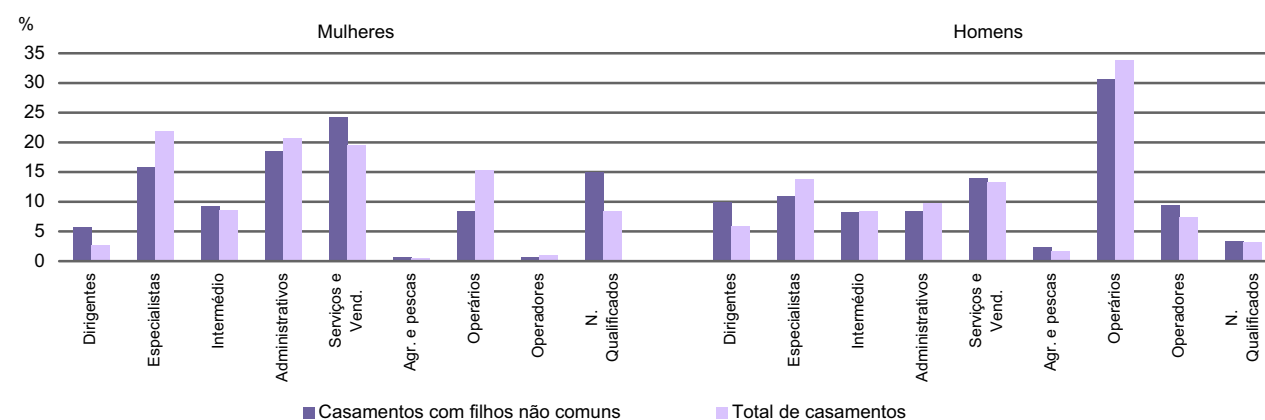
Relativamente a 1995, é de assinalar, quer no que se refere à totalidade dos casamentos, quer ao sub-grupo em estudo, o aumento significativo das mulheres empregadas, e a consequente diminuição das não activas.

Analisando as profissões dos nubentes que vão formar famílias reconstituídas, no ano de 2002 (empregados e desempregados à procura de novo emprego), verificamos que casam mais, no caso dos homens, Operários,

Artífices e Trabalhadores Similares (30,7%), seguidos do Pessoal dos Serviços e Vendedores (14,1%); quanto à profissão do cônjuge feminino, em primeiro lugar surge o Pessoal dos Serviços e Vendedores (24,2%), seguida do Pessoal Administrativo e Similares (18,5%). Comparando com a totalidade dos nubentes, a profissão do cônjuge masculino com maior proporção é a mesma com 33,9% (Operários, Artífices e Trabalhadores), seguida dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (13,9%); no caso das mulheres, as Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas ocupam o primeiro lugar (22,0%), seguidas de perto pelo Pessoal Administrativo e Similares (20,7%).

Figura 29

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento - distribuição percentual por sexo e profissão, 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Nota: Classificação Nacional de Profissões/1994 (CNP – 94) a 1 dígito: 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; 2 – Especialistas das profissões Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; 4 – Pessoal Administrativo e Similares; 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; 9 – Trabalhadores Não Qualificados; 0 – Forças Armadas. A Figura 29 não inclui as Forças Armadas e os Trabalhadores indiferenciados não classificados em outra parte.

Face a 1995, e no caso dos nubentes que vão formar famílias reconstituídas, mantêm-se as mesmas profissões com os valores mais elevados. Quanto ao total de casamentos, verificam-se algumas alterações, das quais se destacam, para ambos os sexos, a diminuição da proporção dos Operários, Artífices e Trabalhadores, e o consequente aumento dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

Número de filhos anteriores ao casamento

Conforme analisado anteriormente, verificamos que a maioria dos filhos anteriores ao casamento pertence apenas a um dos cônjuges. Em 2002, nos 6 747 casamentos que vão dar origem a famílias reconstituídas, existem 16 502 filhos anteriores aos mesmos, dos quais cerca de 50% são filhos anteriores só do marido, aproximadamente 41% são filhos anteriores só da mulher e perto de 10% são filhos comuns. Relativamente a 1995, é de assinalar o aumento em 4 pontos percentuais da proporção de filhos anteriores só da mulher.

A situação dos homens nubentes terem mais filhos de relacionamentos anteriores do que as mulheres é confirmada através da média de filhos por casamento: em 2002, o número médio de filhos anteriores ao casamento por casamento é de 2,4, sendo de 1,2 a média de filhos anteriores só do marido, e 1,0 a média de filhos anteriores só da mulher. A média de filhos comuns por casamento é de 0,2. As diferenças relativamente a 1995 não são significativas.

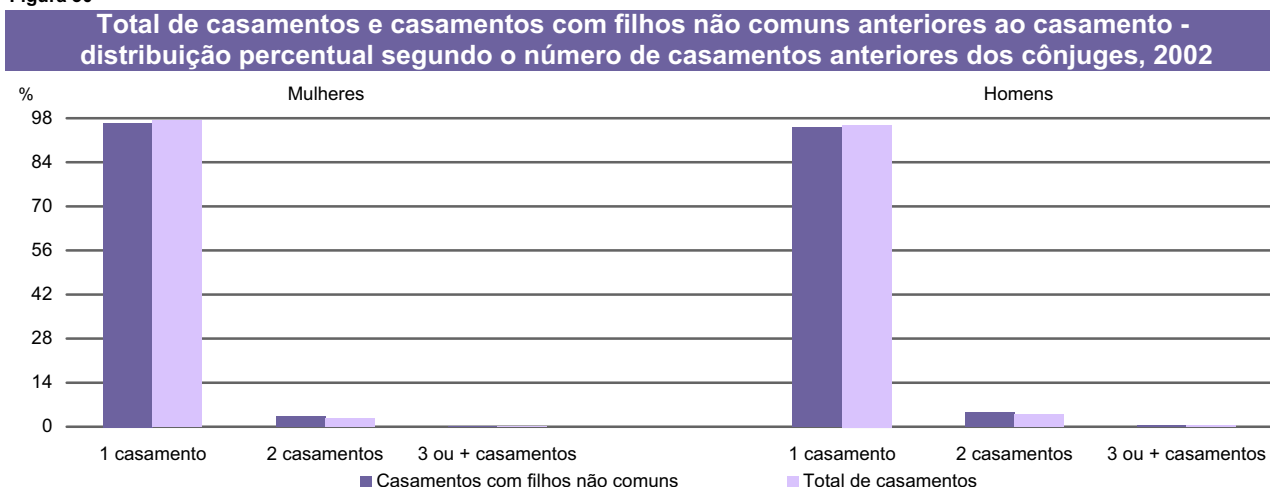
Número de casamentos anteriores

Como vimos anteriormente, a esmagadora maioria dos nubentes são solteiros. No entanto, no âmbito deste estudo, é interessante analisar brevemente a trajectória conjugal dos nubentes, particularmente dos que têm

pelo menos um filho não comum anterior ao casamento, embora se desconheçam as situações de facto dessa trajectória.

A grande maioria dos nubentes viúvos e divorciados que voltam a casar em 2002, apenas foram casados uma única vez, constatação válida para a totalidade dos nubentes e para os do subgrupo em estudo (percentagens acima dos 95%, para ambos os sexos e tipos de casamento). Quanto aos que já foram casados duas vezes, a proporção é ligeiramente mais elevada no caso dos homens e nos nubentes que vão formar famílias reconstituídas. Os nubentes que foram casados três ou mais vezes têm um peso muito pouco significativo.

Figura 30



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Relativamente a 1995, a situação é muito semelhante, não se registando alterações significativas de valores.

Conclusões Gerais

O crescente aumento da dissolução voluntária do casamento, com a natural constituição de uma nova relação conjugal, e consequentemente de uma nova família, fazem com que tenda a proliferar um tipo específico de família – a família reconstituída.

Apesar da pesquisa sobre este tipo de família ter ocorrido sobretudo no início dos anos 80 na maioria dos países europeus, em Portugal, só muito recentemente a recolha estatística oficial passou a incluir essa categoria nos apuramentos estatísticos, facto a que não é alheio o tempo mais tardio em que alguns fenómenos demográficos e sociais ocorreram em Portugal, relativamente a esses países.

Segundo os Censos 2001, em termos relativos, os núcleos familiares reconstituídos têm pouca expressão: correspondem a 1,5% do total de núcleos familiares e a 2,7% dos núcleos de casais com filhos. No entanto, em valores absolutos, pode considerar-se que tinham, àquela data, um valor considerável: 46 800 núcleos.

Da análise efectuada, ressaltam principalmente duas grandes especificidades dos núcleos em estudo: a diversidade regional e o tipo de núcleo preferencial.

Pertencem ao litoral sul do País as percentagens mais elevadas de núcleos familiares reconstituídos, com o Alentejo Litoral, Algarve, Península de Setúbal e Grande Lisboa, a apresentarem as proporções mais altas (proporção no total de núcleos familiares de casais com filhos). Por contraste, pertencem às NUTS III das regiões Norte e Centro, as proporções mais baixas. Esta distribuição reflecte a diversidade regional bem conhecida de outros indicadores demográficos, que continua a acentuar os contrastes entre o norte e o sul, o interior e o litoral do País. Diferentes atitudes e valores perante a conjugalidade estão de certo associados aos vários comportamentos, reflectidos nos valores analisados.

A distribuição dos núcleos familiares reconstituídos pela situação conjugal do casal – “de direito” ou “de facto” – revela-se a especificidade mais interessante da análise destes núcleos. Contrastando com a situação da totalidade

dos casais “de facto”, que face ao seu universo apenas perfazem 6,5%, a maioria dos núcleos familiares reconstituídos são formados por casais a viver em união de facto – cerca de 56%. A união de facto parece ser assim assumida como uma hipótese válida em alternativa ao casamento, talvez mesmo de carácter definitivo. Não sabemos, porém, se o facto dos indivíduos já terem tido relacionamentos anteriores, “de facto” ou de “direito”, entretanto dissolvidos, de trazerem filhos de uniões anteriores para os novos relacionamentos, ou outros motivos, justificam essa opção.

Do estudo efectuado, tendo por base os resultados censitários, há que salientar igualmente outras conclusões relevantes: na maior parte dos núcleos predomina a situação mista de filhos não comuns com filhos comuns do casal, seguida da dos filhos serem só da mulher; verifica-se uma tendência para existir um maior número de filhos comuns nos casais “de direito”, e, conseqüentemente, composições familiares mais numerosas; uma elevada proporção de casais não têm filhos em comum, com maior proporção nos casais “de facto”; prevalecem os núcleos compostos por 2 filhos, com pequenas diferenças regionais; a maior parte dos indivíduos em casais reconstituídos tem entre 35 e 44 anos; os casais “de direito” reconstituídos têm maior representação nos níveis de instrução mais baixos e, simultaneamente, nos mais elevados, enquanto os casais “de facto” se destacam nos níveis intermédios – Básico do 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário; independentemente do número de filhos, e do tipo de núcleo, a maioria dos casais reconstituídos estão empregados; por fim, é de realçar que a proporção dos que afirmam não ter religião é superior nos casais que vivem em núcleos reconstituídos, quase duplicando no que se refere aos casais “de facto”.

Em complemento, tentámos perceber a evolução, extensão e algumas características dos nubentes que por via do casamento formam famílias reconstituídas. Do total de casamentos celebrados anualmente, apenas 12,0% (em 2002) originam a formação de uma nova família reconstituída “de direito”, percentagem que tem, no entanto, aumentado desde 1995; na maioria dos casos, os filhos anteriores ao casamento pertencem só a um dos cônjuges; também aqui as proporções mais elevadas pertencem ao sul do País, com o Algarve a encabeçar a lista, seguido da Península de Setúbal, Grande Lisboa e Alentejo Litoral; a coabitação anterior ao casamento é uma prática de mais de metade destes casais; optam na sua maioria por casar pelo registo civil; grande parte das mulheres são solteiras ou divorciadas e os homens são predominantemente divorciados; têm sobretudo entre 25 e 50 anos; possuem um nível de instrução mais baixo do que o da globalidade dos nubentes, a que não é alheio o facto de serem mais velhos; na sua maioria estão empregados.

Apesar das limitações das fontes estatísticas utilizadas, a sua análise contribui para o aumento do conhecimento da estrutura da família em Portugal, bem como da dinâmica da conjugalidade. Na ausência de outras fontes compatíveis, só no próximo recenseamento da população será possível perceber a tendência de evolução e avaliar as mudanças entretanto ocorridas, nos núcleos familiares reconstituídos. Resta-nos aguardar.

Referências bibliográficas

Almeida, Ana Nunes, et al. (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, in José M. Leite Viegas e António Firmino da Costa (Org.), Portugal, Que Modernidade?, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

Ferreira, Flávio (2002), Dicionário de Casamento/Divórcio & Temas Adjacentes, Coleção Fora da Coleção Campo da Letras Editores, S.A., Porto.

Instituto Nacional de Estatística (2000), Censos 2001 – Programa Global, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1995-2002), Estatísticas Demográficas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2002), XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, resultados definitivos Portugal, Lisboa.

Leite, Sofia (2003a), “A União de Facto em Portugal”, in Revista de Estudos Demográficos, n.º 33, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, pp. 95-140.

Leite, Sofia (2003b), “Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001”, in Revista de Estudos Demográficos, n.º 33, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, pp. 24-38.

Lobo, Cristina (1995), “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”, in Sociologia Problemas e Práticas, n.º 18, Lisboa, CIES – ISCTE, pp. 69-95.

Segalen, Martine (1999), Sociologia da Família, Lisboa, Terramar.

Anexos

Quadro 2

Núcleos familiares de casais com filhos e núcleos familiares reconstituídos por NUTS III, 2001				
Desagregação Geográfica	Núcleos de casais com filhos	Núcleos familiares reconstituídos		
	Número	Número	Distribuição Percentual	% nos núcleos de casais com filhos
Portugal	1 740 522	46 786	100,0	2,7
Norte	668 212	10 338	22,1	1,5
Minho-Lima	40 705	640	1,4	1,6
Cávado	73 481	950	2,0	1,3
Ave	99 296	1 047	2,2	1,1
Grande Porto	224 423	4 797	10,3	2,1
Tâmega	106 729	1 019	2,2	1,0
Entre Douro e Vouga	52 512	659	1,4	1,3
Douro	36 487	611	1,3	1,7
Alto Trás-os-Montes	34 579	615	1,3	1,8
Centro	389 047	9 212	19,7	2,4
Baixo Vouga	67 379	1 880	4,0	2,8
Baixo Mondego	56 677	1 172	2,5	2,1
Pinhal Litoral	43 377	1 044	2,2	2,4
Pinhal Interior Norte	21 746	480	1,0	2,2
Dão-Lafões	47 058	770	1,6	1,6
Pinhal Interior Sul	6 326	129	0,3	2,0
Serra da Estrela	7 778	121	0,3	1,6
Beira Interior Norte	17 623	242	0,5	1,4
Beira Interior Sul	11 671	233	0,5	2,0
Cova da Beira	15 521	282	0,6	1,8
Oeste	57 101	1 989	4,3	3,5
Médio Tejo	36 790	870	1,9	2,4
Lisboa	418 346	17 657	37,7	4,2
Grande Lisboa	299 505	12 356	26,4	4,1
Península de Setúbal	118 841	5 301	11,3	4,5
Alentejo	123 415	4 327	9,2	3,5
Alentejo Litoral	15 602	858	1,8	5,5
Alto Alentejo	19 478	546	1,2	2,8
Alentejo Central	28 124	843	1,8	3,0
Baixo Alentejo	21 279	710	1,5	3,3
Lezíria do Tejo	38 932	1 370	2,9	3,5
Algarve	60 577	3 084	6,6	5,1
Região Autónoma dos Açores	40 891	1 179	2,5	2,9
Região Autónoma da Madeira	40 034	989	2,1	2,5

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 3

Núcleos familiares de casais com filhos e núcleos familiares reconstituídos por tipo de núcleo, por NUTS III, 2001						
Desagregação Geográfica	Núcleos familiares de casais com filhos		Núcleos familiares reconstituídos			
	Casais "de direito"	Casais "de facto"	Casais "de direito"		Casais "de facto"	
			Número	%	Número	%
Portugal	1 626 575	113 947	20 652	1,3	26 134	22,9
Norte	644 246	23 966	5 475	0,8	4 863	20,3
Minho-Lima	39 416	1 289	378	1,0	262	20,3
Cávado	71 470	2 011	583	0,8	367	18,2
Ave	96 984	2 312	633	0,7	414	17,9
Grande Porto	212 879	11 544	2 251	1,1	2 546	22,1
Tâmega	104 446	2 283	620	0,6	399	17,5
Entre Douro e Vouga	50 849	1 663	358	0,7	301	18,1
Douro	35 120	1 367	336	1,0	275	20,1
Alto Trás-os-Montes	33 082	1 497	316	1,0	299	20,0
Centro	369 880	19 167	4 371	1,2	4 841	25,3
Baixo Vouga	63 836	3 543	861	1,3	1 019	28,8
Baixo Mondego	54 261	2 416	608	1,1	564	23,3
Pinhal Litoral	41 006	2 371	444	1,1	600	25,3
Pinhal Interior Norte	20 804	942	209	1,0	271	28,8
Dão-Lafões	45 511	1 547	437	1,0	333	21,5
Pinhal Interior Sul	6 130	196	76	1,2	53	27,0
Serra da Estrela	7 549	229	69	0,9	52	22,7
Beira Interior Norte	17 018	605	139	0,8	103	17,0
Beira Interior Sul	11 117	554	100	0,9	133	24,0
Cova da Beira	14 903	618	145	1,0	137	22,2
Oeste	52 733	4 368	859	1,6	1 130	25,9
Médio Tejo	35 012	1 778	424	1,2	446	25,1
Lisboa	370 401	47 945	6 788	1,8	10 869	22,7
Grande Lisboa	265 766	33 739	4 816	1,8	7 540	22,3
Península de Setúbal	104 635	14 206	1 972	1,9	3 329	23,4
Alentejo	112 573	10 842	1 806	1,6	2 521	23,3
Alentejo Litoral	13 243	2 359	312	2,4	546	23,1
Alto Alentejo	18 268	1 210	252	1,4	294	24,3
Alentejo Central	25 913	2 211	343	1,3	500	22,6
Baixo Alentejo	19 257	2 022	317	1,6	393	19,4
Lezíria do Tejo	35 892	3 040	582	1,6	788	25,9
Algarve	52 181	8 396	1 030	2,0	2 054	24,5
Região Autónoma dos Açores	39 299	1 592	657	1,7	522	32,8
Região Autónoma da Madeira	37 995	2 039	525	1,4	464	22,8

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 4

Núcleos familiares reconstituídos por número de filhos e filhos nos núcleos por tipo de núcleo, por NUTS II, 2001											
Desagregação Geográfica	Núcleos familiares reconstituídos						Filhos nos núcleos				Média de filhos por tipo de núcleo
	Com 1 filho		Com 2 filhos		Com 3 ou mais filhos		Total	Com 1 filho	Com 2 filhos	Com 3 ou + filhos	
	Número	%	Número	%	Número	%					
Portugal	16 119	34,5	18 670	39,9	11 997	25,6	95 368	16 119	37 340	41 909	2,0
Casais "de direito"	6 202	30,0	8 849	42,8	5 601	27,1	43 226	6 202	17 698	19 326	2,1
Casais "de facto"	9 917	37,9	9 821	37,6	6 396	24,5	52 142	9 917	19 642	22 583	2,0
Norte	3 652	35,3	4 035	39,0	2 651	25,6	21 002	3 652	8 070	9 280	2,0
Casais "de direito"	1 745	31,9	2 250	41,1	1 480	27,0	11 409	1 745	4 500	5 164	2,1
Casais "de facto"	1 907	39,2	1 785	36,7	1 171	24,1	9 593	1 907	3 570	4 116	2,0
Centro	3 207	34,8	3 792	41,2	2 213	24,0	18 386	3 207	7 584	7 595	2,0
Casais "de direito"	1 348	30,8	1 924	44,0	1 099	25,1	8 906	1 348	3 848	3 710	2,0
Casais "de facto"	1 859	38,4	1 868	38,6	1 114	23,0	9 480	1 859	3 736	3 885	2,0
Lisboa	6 224	35,2	6 954	39,4	4 479	25,4	35 801	6 224	13 908	15 669	2,0
Casais "de direito"	2 031	29,9	2 944	43,4	1 813	26,7	14 123	2 031	5 888	6 204	2,1
Casais "de facto"	4 193	38,6	4 010	36,9	2 666	24,5	21 678	4 193	8 020	9 465	2,0
Alentejo	1 402	32,4	1 843	42,6	1 082	25,0	8 768	1 402	3 686	3 680	2,0
Casais "de direito"	519	28,7	809	44,8	478	26,5	3 734	519	1 618	1 597	2,1
Casais "de facto"	883	35,0	1 034	41,0	604	24,0	5 034	883	2 068	2 083	2,0
Algarve	1 060	34,4	1 304	42,3	720	23,3	6 131	1 060	2 608	2 463	2,0
Casais "de direito"	276	26,8	497	48,3	257	25,0	2 129	276	994	859	2,1
Casais "de facto"	784	38,2	807	39,3	463	22,5	4 002	784	1 614	1 604	1,9
Região Aut. dos Açores	295	25,0	414	35,1	470	39,9	2 920	295	828	1 797	2,5
Casais "de direito"	147	22,4	243	37,0	267	40,6	1 643	147	486	1 010	2,5
Casais "de facto"	148	28,4	171	32,8	203	38,9	1 277	148	342	787	2,4
Região Aut. da Madeira	279	28,2	328	33,2	382	38,6	2 360	279	656	1 425	2,4
Casais "de direito"	136	25,9	182	34,7	207	39,4	1 282	136	364	782	2,4
Casais "de facto"	143	30,8	146	31,5	175	37,7	1 078	143	292	643	2,3

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 5

Núcleos familiares reconstituídos segundo a existência de relação de paternidade, número de filhos e tipo de núcleo, 2001

Relação de paternidade Número de filhos	Total		Casais "de direito"		Casais "de facto"	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	46 786	100,0	20 652	100,0	42 351	100,0
Só do homem	4 393	9,4	2 340	11,3	2 053	7,9
Só da mulher	18 824	40,2	6 028	29,2	12 796	49,0
De ambos mas não comuns	1 763	3,8	526	2,5	1 237	4,7
Do homem e/ou da mulher + Comuns	21 806	46,6	11 758	56,9	10 048	38,4
Com 1 filho	16 119	100,0	6 202	100,0	9 917	100,0
Só do homem	3087	19,2	1 700	27,4	1 387	14,0
Só da mulher	13032	80,8	4 502	72,6	8 530	86,0
Com 2 filhos	18 670	100,0	8 849	100,0	9 821	100,0
Só do homem	1019	5,5	495	5,6	524	5,3
Só da mulher	4651	24,9	1 289	14,6	3 362	34,2
De ambos mas não comuns	881	4,7	238	2,7	643	6,5
Do homem e/ou da mulher + Comuns	12119	64,9	6 827	77,1	5 292	53,9
Com 3 ou + filhos	11 997	100,0	5 601	100,0	6 396	100,0
Só do homem	287	2,4	145	2,6	142	2,2
Só da mulher	1141	9,5	237	4,2	904	14,1
De ambos mas não comuns	882	7,4	288	5,1	594	9,3
Do homem e/ou da mulher + Comuns	9687	80,7	4 931	88,0	4 756	74,4

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 6

Indivíduos a viver em núcleos familiares reconstituídos por sexo, grupo etário e tipo de núcleo, 2001

Grupo etário	Casais "de direito"				Casais "de facto"			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	20 652	100,0	20 652	100,0	26 134	100,0	26 134	100,0
Menos de 20 anos	18	0,1	47	0,2	62	0,2	130	0,5
20-24 anos	414	2,0	548	2,7	892	3,4	1 038	4,0
25-29 anos	1 317	6,4	1 654	8,0	2 449	9,4	3 046	11,7
30-34 anos	2 459	11,9	3 232	15,6	3 873	14,8	5 107	19,5
35-39 anos	3 466	16,8	4 551	22,0	4 770	18,3	5 986	22,9
40-44 anos	3 567	17,3	3 952	19,1	4 569	17,5	4 916	18,8
45-49 anos	2 984	14,4	2 776	13,4	3 730	14,3	2 966	11,3
50-54 anos	2 222	10,8	1 675	8,1	2 612	10,0	1 572	6,0
55-59 anos	1 485	7,2	951	4,6	1 406	5,4	742	2,8
60-64 anos	1 059	5,1	545	2,6	873	3,3	298	1,1
65-69 anos	772	3,7	349	1,7	496	1,9	182	0,7
70-74 anos	441	2,1	199	1,0	245	0,9	80	0,3
75-79 anos	264	1,3	111	0,5	105	0,4	41	0,2
80-84 anos	118	0,6	47	0,2	39	0,1	19	0,1
85 ou mais anos	66	0,3	15	0,1	13	0,0	11	0,0

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 7

Núcleos familiares reconstituídos segundo o nível de ensino do homem e da mulher por tipo de núcleo, 2001

Nível de Ensino	Total				Casais "de direito"				Casais "de facto"			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	46 786	100,0	46 786	100,0	20 652	100,0	20 652	100,0	26 134	100,0	26 134	100,0
Sem nível de ensino	1 571	3,4	1 783	3,8	762	3,7	835	4,0	809	3,1	948	3,6
Básico 1º Ciclo	17 912	38,3	17 371	37,1	8 190	39,7	7 933	38,4	9 722	37,2	9 438	36,1
Básico 2º Ciclo	7 229	15,5	7 933	17,0	3 004	14,5	3 373	16,3	4 225	16,2	4 560	17,4
Básico 3º Ciclo	5 755	12,3	5 966	12,8	2 352	11,4	2 434	11,8	3 403	13,0	3 532	13,5
Ensino Secundário	9 206	19,7	9 292	19,9	3 723	18,0	3 779	18,3	5 483	21,0	5 513	21,1
Ensino Médio	561	1,2	289	0,6	306	1,5	152	0,7	255	1,0	137	0,5
Ensino Superior	4 552	9,7	4 152	8,9	2 315	11,2	2 146	10,4	2 237	8,6	2 006	7,7

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 8

Núcleos familiares reconstituídos segundo a condição perante a actividade económica do homem e da mulher e total de filhos, por tipo de núcleo, 2001

Total de filhos Condição perante a actividade económica	Total		Casais "de direito"		Casais "de facto"	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	46 786	100,0	20 652	100,0	26 134	100,0
Ambos empregados	26 561	56,8	11 401	55,2	15 160	58,0
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	12 127	25,9	5 313	25,7	6 814	26,1
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	3 608	7,7	1 565	7,6	2 043	7,8
Ambos desempregados ou sem actividade económica	4 490	9,6	2 373	11,5	2 117	8,1
Com 1 filho	16 119	100,0	6 202	100,0	9 917	100,0
Ambos empregados	9 106	56,5	3 042	49,0	6 064	61,1
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	3 362	20,9	1 294	20,9	2 068	20,9
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	1 497	9,3	625	10,1	872	8,8
Ambos desempregados ou sem actividade económica	2 154	13,4	1 241	20,0	913	9,2
Com 2 filhos	18 670	100,0	8 849	100,0	9 821	100,0
Ambos empregados	11 421	61,2	5 459	61,7	5 962	60,7
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	4 660	25,0	2 156	24,4	2 504	25,5
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	1 278	6,8	572	6,5	706	7,2
Ambos desempregados ou sem actividade económica	1 311	7,0	662	7,5	649	6,6
Com 3 ou mais filhos	11 997	100,0	5 601	100,0	6 396	100,0
Ambos empregados	6 034	50,3	2 900	51,8	3 134	49,0
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	4 105	34,2	1 863	33,3	2 242	35,1
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	833	6,9	368	6,6	465	7,3
Ambos desempregados ou sem actividade económica	1 025	8,5	470	8,4	555	8,7

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 9

Núcleos familiares reconstituídos segundo a condição perante o trabalho do homem e da mulher e idade do filho mais novo por tipo de núcleo, 2001

Tipo de núcleo Condição perante a actividade económica	Idade do filho mais novo							
	0-4 anos		5-14 anos		15-24 anos		25 ou + anos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	11 848	100,0	19 426	100,0	11 318	100,0	4 194	100,0
Ambos empregados	6 767	57,1	12 036	62,0	6 480	57,3	1 278	30,5
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	3 806	32,1	4 838	24,9	2 507	22,2	976	23,3
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	598	5,0	1 384	7,1	1 139	10,1	487	11,6
Ambos desempregados ou sem actividade económica	677	5,7	1 168	6,0	1 192	10,5	1 453	34,6
Casais "de direito"	4 904	100,0	8 310	100,0	5 086	100,0	2 352	100,0
Ambos empregados	2 976	60,7	5 126	61,7	2 707	53,2	592	25,2
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	1 520	31,0	2 126	25,6	1 178	23,2	489	20,8
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	195	4,0	545	6,6	557	11,0	268	11,4
Ambos desempregados ou sem actividade económica	213	4,3	513	6,2	644	12,7	1 003	42,6
Casais "de facto"	6 944	100,0	11 116	100,0	6 232	100,0	1 842	100,0
Ambos empregados	3 791	54,6	6 910	62,2	3 773	60,5	686	37,2
Marido empregado e mulher s/activ.económ. ou desemp.	2 286	32,9	2 712	24,4	1 329	21,3	487	26,4
Mulher empregada e marido s/activ. económ. ou desemp.	403	5,8	839	7,5	582	9,3	219	11,9
Ambos desempregados ou sem actividade económica	464	6,7	655	5,9	548	8,8	450	24,4

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 10

Núcleos familiares reconstituídos segundo a profissão do homem e da mulher (empregados e desempregados à procura de novo emprego), por tipo de núcleo, 2001

Profissão	Casais "de direito"				Casais "de facto"			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	8 663	100,0	7 129	100,0	11 602	100,0	9 732	100,0
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Sup. de I	821	9,5	380	5,3	1 001	8,6	430	4,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	597	6,9	552	7,7	517	4,5	495	5,1
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	752	8,7	659	9,2	962	8,3	774	8,0
Pessoal Administrativo e Similares	615	7,1	985	13,8	660	5,7	1 222	12,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	911	10,5	1516	21,3	1 330	11,5	2 519	25,9
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	363	4,2	172	2,4	432	3,7	194	2,0
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2 580	29,8	560	7,8	4 003	34,5	679	7,0
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1 055	12,2	289	4,1	1 430	12,3	326	3,3
Trabalhadores Não Qualificados	871	10,1	2015	28,3	1 210	10,4	3 091	31,8
Forças Armadas	102	1,2	4	0,1	59	0,5	4	0,0

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 11

População residente com 15 ou mais anos em núcleos familiares reconstituídos, segundo a resposta à pergunta sobre religião, por tipo de núcleo, 2001						
Religião	Total		Casais "de direito"		Casais "de facto"	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	93 567	100,0	41 304	100,0	52 263	100,0
Católica	73 806	78,9	33 389	80,8	40 417	77,3
Outra cristã	2 572	2,7	1 351	3,3	1 221	2,3
Não cristã	488	0,5	175	0,4	313	0,6
Sem religião	6 102	6,5	2 295	5,6	3 807	7,3
Não Respondeu	10 599	11,3	4 094	9,9	6 505	12,4

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População (Censos 2001)

Quadro 12

Casamentos celebrados e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento, 1995-2002								
Casamentos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Número								
Total de casamentos celebrados	65 776	63 672	65 770	66 598	68 710	63 752	58 390	56 457
Total de casamentos com filhos não comuns	5 229	5 745	5 962	6 244	6 650	6 553	6 904	6 747
Só filhos não comuns	4 142	4 379	4 771	5 040	5 318	5 149	5 505	5 508
Filhos comuns+filhos não comuns	1 087	1 366	1 191	1 204	1 332	1 404	1 399	1 239
Percentagem (em relação ao total de casamentos celebrados)								
Total de casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento	8,0	9,0	9,1	9,4	9,7	10,3	11,8	12,0
Só filhos não comuns	6,3	6,9	7,3	7,6	7,7	8,1	9,4	9,8
Filhos comuns+filhos não comuns	1,7	2,1	1,8	1,8	1,9	2,2	2,4	2,2

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995-2002

Quadro 13

Casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento por NUTS III, 2002							
Desagregação Geográfica	Casamentos celebrados	Casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento					
		Total		Só filhos não comuns		Filhos comuns+ filhos não comuns	
		Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	56 457	6 747	12,0	5 508	9,8	1 239	2,2
Norte	21 849	1 670	7,6	1 380	6,3	290	1,3
Minho-Lima	1 545	141	9,1	113	7,3	28	1,8
Cávado	2 635	107	4,1	93	3,5	14	0,5
Ave	3 168	181	5,7	147	4,6	34	1,1
Grande Porto	6 875	780	11,3	649	9,4	131	1,9
Tâmega	3 670	155	4,2	130	3,5	25	0,7
Entre Douro e Vouga	1 436	84	5,8	76	5,3	8	0,6
Douro	1 303	90	6,9	66	5,1	24	1,8
Alto Trás-os-Montes	1 217	132	10,8	106	8,7	26	2,1
Centro	12 084	1 290	10,7	1 093	9,0	197	1,6
Baixo Vouga	2 040	296	14,5	263	12,9	33	1,6
Baixo Mondego	1 681	182	10,8	151	9,0	31	1,8
Pinhal Litoral	1 342	132	9,8	106	7,9	26	1,9
Pinhal Interior Norte	608	54	8,9	44	7,2	10	1,6
Dão-Lafões	205	11	5,4	9	4,4	2	1,0
Pinhal Interior Sul	1 711	129	7,5	110	6,4	19	1,1
Serra da Estrela	234	25	10,7	23	9,8	2	0,9
Beira Interior Norte	577	38	6,6	31	5,4	7	1,2
Beira Interior Sul	388	19	4,9	17	4,4	2	0,5
Cova da Beira	415	31	7,5	22	5,3	9	2,2
Oeste	1 806	238	13,2	203	11,2	35	1,9
Médio Tejo	1 077	135	12,5	114	10,6	21	1,9
Lisboa	14 099	2 599	18,4	2 077	14,7	522	3,7
Grande Lisboa	10 165	1823	17,9	1 477	14,5	346	3,4
Península de Setúbal	3 934	776	19,7	600	15,3	176	4,5
Alentejo	3 569	491	13,8	408	11,4	83	2,3
Alentejo Litoral	379	65	17,2	56	14,8	9	2,4
Alto Alentejo	530	73	13,8	66	12,5	7	1,3
Alentejo Central	805	92	11,4	82	10,2	10	1,2
Baixo Alentejo	568	88	15,5	71	12,5	17	3,0
Lezíria do Tejo	1 287	173	13,4	133	10,3	40	3,1
Algarve	1 807	399	22,1	316	17,5	83	4,6
Região Autónoma dos Açores	1 502	169	11,3	137	9,1	32	2,1
Região Autónoma da Madeira	1 547	129	8,3	97	6,3	32	2,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 14

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo a residência comum anterior, 1995 e 2002				
Residência comum anterior ao casamento	Total de casamentos		Casamentos com filhos não comuns	
	Número	%	Número	%
1 995				
Total	65 776	100,0	5 229	100,0
Residência anterior comum	7 091	10,8	2 706	51,7
Residência anterior não comum	58 685	89,2	2 523	48,3
2 002				
Total	56 457	100,0	6 747	100,0
Residência anterior comum	10 208	18,1	3 791	56,2
Residência anterior não comum	46 249	81,9	2 956	43,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995 e 2002

Quadro 15

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o estado civil anterior dos cônjuges e a residência comum anterior 2002						
Estado civil anterior dos cônjuges	Total		Residência anterior comum		Residência anterior não comum	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total de casamentos						
Solteiro	50 337	100,0	6 966	13,8	43 371	86,2
Viúvo+Divorciado	6 120	100,0	3 242	53,0	2 878	47,0
Solteira	51 880	100,0	7 553	14,6	44 327	85,4
Viúva+Divorciada	4 577	100,0	2 655	58,0	1 922	42,0
Casamentos com filhos não comuns						
Solteiro	2 552	100,0	1 347	52,8	1 205	47,2
Viúvo+Divorciado	4 195	100,0	2 444	58,3	1 751	41,7
Solteira	3 584	100,0	1 804	50,3	1 780	49,7
Viúva+Divorciada	3 163	100,0	1 987	62,8	1 176	37,2

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 16

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo a forma de celebração do casamento, 1995 e 2002				
Forma de celebração do casamento	Total de casamentos		Casamentos com filhos não comuns	
	Número	%	Número	%
1 995				
Total	65 776	100,0	5 229	100,0
Civil	20 547	31,2	4 434	84,8
Católica	45 229	68,8	795	15,2
2 002				
Total	56 457	100,0	6 747	100,0
Civil	21 156	37,5	5 870	87,0
Católica	35 301	62,5	877	13,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 1995 e 2002

Quadro 17

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o estado civil anterior dos cônjuges e a forma de celebração do casamento, 2002						
Estado civil anterior ao casamento	Total		Civil		Católica	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total de casamentos						
Solteiro	50 337	100,0	15 635	31,1	34 702	68,9
Viúvo+Divorciado	6 120	100,0	5 521	90,2	599	9,8
Solteira	51 880	100,0	16 923	32,6	34 957	67,4
Viúva+Divorciada	4 577	100,0	4 233	92,5	344	7,5
Casamentos com filhos não comuns						
Solteiro	2 552	100,0	2 051	80,4	501	19,6
Viúvo+Divorciado	4 195	100,0	3 819	91,0	376	9,0
Solteira	3 584	100,0	2 930	81,8	654	18,2
Viúva+Divorciada	3 163	100,0	2 940	92,9	223	7,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 18

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o estado civil anterior dos cônjuges, 2002								
Estado civil anterior dos cônjuges	Total de casamentos				Casamentos com filhos não comuns			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	56 457	100,0	56 457	100,0	6 747	100,0	6 747	100,0
Solteiros	50 337	89,2	51 880	91,9	2 552	37,8	3 584	53,1
Divorciados	5 342	9,5	4 112	7,3	578	8,6	2 808	41,6
Viúvos	778	1,4	465	0,8	3 617	53,6	355	5,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 19

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o estado civil anterior dos cônjuges, 2002				
Estado civil anterior dos cônjuges	Mulheres			
	Solteiras		Viúvas+Divorciadas	
	Número	%	Número	%
Total de casamentos	51 880	100,0	4 577	100,0
Solteiras	48 444	93,4	1 893	41,4
Viúvas+Divorciadas	3 436	6,6	2 684	58,6
Casamentos com filhos não comuns	3 584	100,0	3 163	100,0
Solteiras	1 435	40,0	1 117	35,3
Viúvas+Divorciadas	2 149	60,0	2 046	64,7

Estado civil anterior dos cônjuges	Homens			
	Solteiros		Viúvos+Divorciados	
	Número	%	Número	%
Total de casamentos	50 337	100,0	6 120	100,0
Solteiros	48 444	96,2	3 436	56,1
Viúvas+Divorciadas	1 893	3,8	2 684	43,9
Casamentos com filhos não comuns	2 552	100,0	4 195	100,0
Solteiros	1 435	56,2	2 149	51,2
Viúvas+Divorciadas	1 117	43,8	2 046	48,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 20

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o grupo etário e sexo dos cônjuges, 2002								
Grupo etário	Total de casamentos				Casamentos com filhos não comuns			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	56 457	100,0	56 457	100,0	6 747	100,0	6 747	100,0
15-19 anos	1 068	1,9	4 916	8,7	17	0,3	88	1,3
20-24 anos	13 087	23,2	17 580	31,1	332	4,9	588	8,7
25-29 anos	23 541	41,7	20 663	36,6	891	13,2	1 264	18,7
30-34 anos	9 979	17,7	7 007	12,4	1 094	16,2	1 298	19,2
35-39 anos	3 469	6,1	2 610	4,6	1 082	16,0	1 114	16,5
40-44 anos	1 770	3,1	1 362	2,4	915	13,6	859	12,7
45-49 anos	1 093	1,9	842	1,5	715	10,6	584	8,7
50-54 anos	740	1,3	612	1,1	528	7,8	419	6,2
55-59 anos	580	1,0	352	0,6	424	6,3	230	3,4
60-64 anos	406	0,7	240	0,4	270	4,0	133	2,0
65-69 anos	329	0,6	146	0,3	224	3,3	95	1,4
70-74 anos	175	0,3	79	0,1	106	1,6	45	0,7
75 ou mais	220	0,4	48	0,1	149	2,2	30	0,4

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 21

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o nível de instrução e sexo dos cônjuges, 2002

Nível de Instrução	Total de casamentos				Casamentos com filhos não comuns			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	56 457	100,0	56 457	100,0	6 747	100,0	6 747	100,0
Não sabe ler nem escrever	104	0,2	133	0,2	52	0,8	76	1,1
Sabe ler e escrever sem ter frequentado o sistema de ensino	180	0,3	156	0,3	100	1,5	83	1,2
Ensino básico 1º Ciclo	5 342	9,5	4 184	7,4	1 575	23,3	1 422	21,1
Ensino básico 2º Ciclo	13 125	23,2	9 604	17,0	1 392	20,6	1 323	19,6
Ensino básico 3º Ciclo	12 936	22,9	11 407	20,2	1 296	19,2	1 238	18,3
Ensino secundário	14 119	25,0	15 647	27,7	1 392	20,6	1 459	21,6
Ensino superior	10 651	18,9	15 326	27,1	940	13,9	1 146	17,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 22

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo a condição perante a actividade económica e sexo dos cônjuges, 2002

Condição perante a actividade económica	Total de casamentos				Casamentos com filhos não comuns			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	56 457	100,0	56 457	100,0	6 747	100,0	6 747	100,0
Empregado	53 942	95,5	45 395	80,4	5 879	87,1	4 645	68,8
Desempregado à procura do 1º	122	0,2	623	1,1	7	0,1	30	0,4
Desempregado à procura de novo	368	0,7	720	1,3	57	0,8	128	1,9
Não activo	2 025	3,6	9 719	17,2	804	11,9	1 944	28,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 23

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo a profissão e sexo dos cônjuges, 2002

Profissão	Total de casamentos				Casamentos com filhos não comuns			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	54 310	100,0	46 115	84,9	5 936	100,0	4 773	100,0
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Sup. de Empresas	3 237	6,0	1 258	2,3	594	10,0	273	5,7
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	7 528	13,9	10 138	18,7	650	11,0	754	15,8
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	4 625	8,5	4 002	7,4	496	8,4	441	9,2
Pessoal Administrativo e Similares	5 331	9,8	9 528	17,5	503	8,5	885	18,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	7 207	13,3	8 980	16,5	835	14,1	1 157	24,2
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	972	1,8	210	0,4	140	2,4	32	0,7
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	18 393	33,9	7 055	13,0	1 824	30,7	407	8,5
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	4 021	7,4	470	0,9	559	9,4	33	0,7
Trabalhadores Não Qualificados	1 790	3,3	3 924	7,2	203	3,4	712	14,9
Trabalhadores indiferenciados e não classificados em outra parte	248	0,5	406	0,7	33	0,6	66	1,4
Forças Armadas	958	1,8	144	0,3	99	1,7	13	0,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 24

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o número de filhos anteriores ao casamento, 2002				
Número de filhos anteriores ao casamento	Total de casamentos		Casamentos com filhos não comuns	
	Número	%	Número	%
Total	18 745	100,0	16 502	100,0
Filhos comuns	3 826	20,4	1 583	9,6
1	2 252	58,9	985	62,2
2	1 006	26,3	398	25,1
3 ou +	568	14,8	200	12,6
Filhos anteriores do marido	8 196	43,7	8 196	49,7
1	2 463	30,1	2 463	30,1
2	3 130	38,2	3 130	38,2
3 ou +	2 603	31,8	2 603	31,8
Filhos anteriores da mulher	6 723	35,9	6 723	40,7
1	2 487	37,0	2 487	37,0
2	2 266	33,7	2 266	33,7
3 ou +	1 970	29,3	1 970	29,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Quadro 25

Total de casamentos e casamentos com filhos não comuns anteriores ao casamento segundo o número de casamentos anteriores dos cônjuges, 2002				
Número de casamentos anteriores dos cônjuges	Total de casamentos		Casamentos com filhos não comuns	
	Número	%	Número	%
Casamentos anteriores do marido	56 457	100,0	6 747	100,0
0	50 337	89,2	2 552	37,8
1	5 866	10,4	3 986	59,1
2	236	0,4	193	2,9
3 ou +	18	0,0	16	0,2
Casamentos anteriores da mulher	56 457	100,0	6 747	100,0
0	55 662	98,6	3 584	53,1
1	786	1,4	3 052	45,2
2	9	0,0	105	1,6
3 ou +	0	0,0	6	0,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (base de dados dos Casamentos), 2002

Notas

¹ A que os ingleses denominam de *step families* ou *blended families*.

² Neste artigo utilizam-se as NUTS II, geografia de 2002.

³ Neste artigo, a existência de relação de paternidade nos núcleos familiares reconstituídos é analisada através da seguinte tipologia: filhos anteriores só do homem, só da mulher, de ambos mas não comuns, e do homem e/ou da mulher mais os comuns.

⁴ Nos Censos 2001, e de acordo com as recomendações internacionais, os filhos que entram na formação dos núcleos familiares deixam de ser "solteiros" para passarem a ser "não casados". A situação de "filho não casado" aplica-se a todos os indivíduos que, independentemente da idade e do estado civil, habitem com pelo menos um dos pais ou avós, e não tenham cônjuge ou filhos a viver na mesma residência (INE, 2000, p. 47).

⁵ Nos Censos 2001, a resposta à pergunta sobre a religião era facultativa.